

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	7
Demonstração de Valor Adicionado	8

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	9
Balanço Patrimonial Passivo	10
Demonstração do Resultado	12
Demonstração do Resultado Abrangente	13
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	14

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	16
Demonstração de Valor Adicionado	17

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	18
---	----

Notas Explicativas	20
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	112
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	115
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	116

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2021
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	1.879.814.828
Preferenciais	0
Total	1.879.814.828
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021
1	Ativo Total	2.683.409
1.01	Ativo Circulante	16.459
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	299
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	16.160
1.01.08.03	Outros	16.160
1.01.08.03.01	Partes relacionadas	13.987
1.01.08.03.02	Dividendos a receber	2.077
1.01.08.03.03	Outros ativos	96
1.02	Ativo Não Circulante	2.666.950
1.02.02	Investimentos	2.666.950
1.02.02.01	Participações Societárias	2.666.950
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	2.666.950

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021
2	Passivo Total	2.683.409
2.01	Passivo Circulante	16.945
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	11.705
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	11.705
2.01.02	Fornecedores	2.247
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	2.247
2.01.03	Obrigações Fiscais	415
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	415
2.01.05	Outras Obrigações	2.578
2.01.05.02	Outros	2.578
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	2.578
2.02	Passivo Não Circulante	15
2.02.04	Provisões	15
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	15
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	15
2.03	Patrimônio Líquido	2.666.449
2.03.01	Capital Social Realizado	1.879.815
2.03.02	Reservas de Capital	15.548
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	15.548
2.03.04	Reservas de Lucros	753.157
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	753.157
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	17.929

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	987.747
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	987.747
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	987.747
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	987.747
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	987.747
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	987.747
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)	
3.99.01	Lucro Básico por Ação	
3.99.01.01	ON	0,53
3.99.02	Lucro Diluído por Ação	
3.99.02.01	ON	0,53

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
4.01	Lucro Líquido do Período	987.747
4.02	Outros Resultados Abrangentes	17.929
4.02.01	Instrumentos financeiros derivativos - ganhos (perdas) excluído do patrimônio líquido e incluído no	-2.231
4.02.02	Instrumentos financeiros derivativos - ganhos (perdas) reconhecido no patrimônio líquido	31.090
4.02.03	Tributos diferidos sobre o resultado com instrumentos financeiros derivativos	-10.569
4.02.04	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas	-361
4.03	Resultado Abrangente do Período	1.005.676

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
6.01.01.01	Lucro líquido do período	987.747
6.01.01.02	Resultado de equivalência patrimonial	-987.747
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.778
6.01.02.01	Partes relacionadas	-16.064
6.01.02.02	Outros ativos	-96
6.01.02.03	Fornecedores	2.247
6.01.02.04	Obrigações trabalhistas e previdenciárias	11.705
6.01.02.05	Obrigações tributárias líquido dos impostos a recuperar	415
6.01.02.06	Pagamento de contingências	15
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	234.089
6.02.02	Caixa líquido de combinação de negócios	234.089
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-232.012
6.03.01	Pagamento de dividendos	-232.012
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	299

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	1	0	0	0	0	1
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	1	0	0	0	0	1
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.879.814	15.548	157.638	-392.228	0	1.660.772
5.04.01	Aumentos de Capital	1.879.814	15.548	0	0	0	1.895.362
5.04.06	Dividendos	0	0	157.638	-392.228	0	-234.590
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	987.747	17.929	1.005.676
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	987.747	0	987.747
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	17.929	17.929
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	28.859	28.859
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-10.569	-10.569
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas	0	0	0	0	-361	-361
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	595.519	-595.519	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	595.519	-595.519	0	0
5.07	SalDOS Finais	1.879.815	15.548	753.157	0	17.929	2.666.449

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	987.747
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	987.747
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	987.747
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	987.747
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	987.747
7.08.04.02	Dividendos	234.590
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	753.157

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021
1	Ativo Total	5.659.318
1.01	Ativo Circulante	1.698.177
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	527.996
1.01.02	Aplicações Financeiras	41.274
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	41.274
1.01.02.01.02	Títulos Designados a Valor Justo	41.274
1.01.03	Contas a Receber	358.015
1.01.03.01	Clientes	358.015
1.01.04	Estoques	444.340
1.01.06	Tributos a Recuperar	208.269
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	208.269
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	118.283
1.01.08.03	Outros	118.283
1.01.08.03.01	Partes relacionadas	4.095
1.01.08.03.02	Instrumentos financeiros derivativos	52.485
1.01.08.03.03	Outros ativos	61.703
1.02	Ativo Não Circulante	3.961.141
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.075.369
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	11.046
1.02.01.01.01	Títulos Designados a Valor Justo	11.046
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	1.064.323
1.02.01.10.03	Conta vinculada	27.192
1.02.01.10.04	Depósitos judiciais	200.953
1.02.01.10.05	Tributos Correntes a Recuperar	831.994
1.02.01.10.06	Outros ativos	4.184
1.02.02	Investimentos	119.644
1.02.02.01	Participações Societárias	119.644
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	119.644
1.02.03	Imobilizado	1.805.191
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.734.516
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	70.675
1.02.04	Intangível	960.937
1.02.04.01	Intangíveis	960.937

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021
2	Passivo Total	5.659.318
2.01	Passivo Circulante	2.271.742
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	158.241
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	158.241
2.01.02	Fornecedores	1.115.963
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.115.963
2.01.02.01.01	Fornecedores Nacionais	865.035
2.01.02.01.02	Fornecedores - Risco Sacado	250.928
2.01.03	Obrigações Fiscais	138.656
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	64.643
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	72.717
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.296
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	797.020
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	711.522
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	711.522
2.01.04.02	Debêntures	67.479
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	18.019
2.01.05	Outras Obrigações	61.862
2.01.05.02	Outros	61.862
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	2.578
2.01.05.02.04	Instrumentos financeiros derivativos	4.718
2.01.05.02.05	Subvenções governamentais	14.741
2.01.05.02.06	Tributos parcelados	156
2.01.05.02.07	Outros passivos	39.669
2.02	Passivo Não Circulante	719.330
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	275.571
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	136.076
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	136.076
2.02.01.02	Debêntures	83.076
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	56.419
2.02.02	Outras Obrigações	50.212
2.02.02.02	Outros	50.212
2.02.02.02.03	Subvenções governamentais	20.745
2.02.02.02.04	Tributos parcelados	1.065
2.02.02.02.05	Obrigações com antigos acionistas	27.192
2.02.02.02.06	Outros passivos	1.210
2.02.03	Tributos Diferidos	78.287
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	78.287
2.02.04	Provisões	315.260
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	315.260
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	90.613
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	159.460
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	65.187
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	2.668.246
2.03.01	Capital Social Realizado	1.879.815

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021
2.03.02	Reservas de Capital	15.548
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	15.548
2.03.04	Reservas de Lucros	753.157
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	753.157
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	17.929
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	1.797

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	4.350.648
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-2.826.212
3.03	Resultado Bruto	1.524.436
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-633.291
3.04.01	Despesas com Vendas	-771.533
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-206.553
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	354.050
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-9.255
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	891.145
3.06	Resultado Financeiro	136.374
3.06.01	Receitas Financeiras	-127.858
3.06.02	Despesas Financeiras	264.232
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.027.519
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-41.287
3.08.01	Corrente	-7.955
3.08.02	Diferido	-33.332
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	986.232
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	986.232
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	987.747
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-1.515
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)	
3.99.01	Lucro Básico por Ação	
3.99.01.01	ON	0,53
3.99.02	Lucro Diluído por Ação	
3.99.02.01	ON	0,53

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	986.232
4.02	Outros Resultados Abrangentes	17.929
4.02.01	Instrumentos financeiros derivativos - ganhos (perdas) excluído do patrimônio líquido e incluído no	-2.231
4.02.02	Instrumentos financeiros derivativos - ganhos (perdas) reconhecido no patrimônio líquido	31.090
4.02.03	Tributos diferidos sobre o resultado com instrumentos financeiros derivativos	-10.569
4.02.04	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas	-361
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	1.004.161
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	1.005.676
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-1.515

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	821.061
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	806.812
6.01.01.01	Lucro líquido do período	986.232
6.01.01.02	Depreciação e amortização	213.472
6.01.01.03	Resultado de equivalência patrimonial	9.255
6.01.01.04	Valor residual de baixas do imobilizado	9.593
6.01.01.05	Constituição de provisão para contingências	13.055
6.01.01.06	Provisão para perdas de imobilizado	11.842
6.01.01.07	Provisão para perdas de estoque	7.686
6.01.01.08	Provisão para remuneração de pessoal	44.860
6.01.01.09	Ajuste a valor presente/PECLD/descontos grandes redes	913
6.01.01.10	Créditos fiscais da exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS	-375.516
6.01.01.11	Juros e rendimentos, líquidos	-161.258
6.01.01.12	Variações monetárias	13.419
6.01.01.13	Variações cambiais	-74
6.01.01.14	Imposto de renda e contribuição social diferidos	33.333
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	65.991
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-131.938
6.01.02.02	Partes relacionadas	-25.187
6.01.02.03	Estoques	8.946
6.01.02.04	Depósitos judiciais	3.910
6.01.02.05	Outros ativos	-20.812
6.01.02.06	Fornecedores	183.815
6.01.02.07	Fornecedores - risco sacado	-22.783
6.01.02.08	Obrigações trabalhistas e previdenciárias	23.431
6.01.02.09	Obrigações tributárias líquido de impostos a recuperar	90.259
6.01.02.10	Amortização de tributos parcelados	-116
6.01.02.11	Pagamento de contingências	-38.353
6.01.02.12	Outros passivos	-5.181
6.01.03	Outros	-51.742
6.01.03.01	Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	-20.222
6.01.03.02	Pagamento de juros sobre debêntures	-2.867
6.01.03.03	Pagamento de juros sobre subvenções governamentais	-637
6.01.03.04	Pagamento de juros sobre passivo de arrendamento	-3.894
6.01.03.05	Imposto de renda e contribuição social pagos	-24.122
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-400.230
6.02.01	Resgates de aplicações financeiras	-39.680
6.02.03	Aquisição de imobilizado	-340.282
6.02.04	Aquisição de intangível	-23.811
6.02.06	Aumento de investimentos	3.543
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	107.164
6.03.01	Caixa de aporte de controladas	834.393
6.03.02	Captações de subvenções governamentais	505
6.03.03	Amortização de principal de empréstimos e financiamentos	-87.136
6.03.04	Amortização de principal de subvenções governamentais	-11.294

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
6.03.05	Liquidação de instrumentos financeiros derivativos	-1.510
6.03.06	Amortização de principal de debêntures	-55.600
6.03.07	Amortização de principal de passivo de arrendamento	-15.182
6.03.08	Pagamento de dividendos	-557.012
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	527.995
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	527.996

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1	0	0	0	0	1	0	1
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1	0	0	0	0	1	0	1
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.879.814	15.548	157.638	-392.228	0	1.660.772	3.312	1.664.084
5.04.01	Aumentos de Capital	1.879.814	15.548	0	0	0	1.895.362	3.312	1.898.674
5.04.06	Dividendos	0	0	157.638	-392.228	0	-234.590	0	-234.590
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	987.747	17.929	1.005.676	-1.515	1.004.161
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	987.747	0	987.747	-1.515	986.232
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	17.929	17.929	0	17.929
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	28.859	28.859	0	28.859
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-10.569	-10.569	0	-10.569
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Coligadas	0	0	0	0	-361	-361	0	-361
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	595.519	-595.519	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	595.519	-595.519	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.879.815	15.548	753.157	0	17.929	2.666.449	1.797	2.668.246

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
7.01	Receitas	6.314.120
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	5.931.152
7.01.02	Outras Receitas	382.968
7.01.02.01	Outras receitas/(despesas) líquidas	394.442
7.01.02.02	Provisão de créditos de liquidação duvidosa	-11.474
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-4.040.581
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-3.651.502
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-389.079
7.03	Valor Adicionado Bruto	2.273.539
7.04	Retenções	-213.472
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-213.472
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.060.067
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	254.977
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-9.255
7.06.02	Receitas Financeiras	264.232
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.315.044
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.315.044
7.08.01	Pessoal	502.433
7.08.01.01	Remuneração Direta	360.665
7.08.01.02	Benefícios	116.052
7.08.01.03	F.G.T.S.	25.716
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	693.789
7.08.02.01	Federais	367.409
7.08.02.02	Estaduais	323.243
7.08.02.03	Municipais	3.137
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	132.590
7.08.03.01	Juros	116.310
7.08.03.02	Aluguéis	16.280
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	986.232
7.08.04.02	Dividendos	234.590
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	753.157
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	-1.515

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Sobre a Solar

Somos a Solar Bebidas S.A. ("Companhia"), hoje a segunda maior engarrafadora dos produtos Coca-Cola do Brasil e uma das 20 engarrafadoras líderes do Sistema Coca-Cola no mundo, de acordo com o ranking da The Coca-Cola Company ("TCCC"). Somos parte integrante do Sistema Coca-Cola global licenciados pela TCCC como engarrafador, atuando com exclusividade como produtor, comerciante e distribuidor nas regiões do Nordeste e parte do Centro-Oeste, cobrindo 12 estados e uma área total de 2,8 milhões de quilômetros quadrados. Além dos produtos Coca-Cola também temos em nosso portfólio marcas de cerveja do portfólio Heineken e destilados do portfólio da Campari. Formando assim, um portfólio robusto composto por mais de 56 marcas, segmentadas em 26 categorias distintas, que chegam aos 60 milhões de potenciais consumidores da região através de uma rede de 320 mil pontos de vendas, atendidos por uma forte infraestrutura de produção e distribuição com 9 fábricas, 35 centros de distribuição e 67 distribuidores autorizados exclusivos.

O Grupo Solar Bebidas ("Companhia"), anuncia os resultados referentes ao período de abril a dezembro de 2021. As Demonstrações Financeiras Societárias Individuais e Consolidadas foram elaboradas conforme as políticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB).

Mensagem da Administração

O ano de 2021 começou cheio de incertezas. Uma segunda onda da Pandemia do Covid-19 reforçou a necessidade de isolamento e distanciamento social e parte dos nossos clientes de consumo imediato precisar ficar temporariamente fechados ou operando com restrição de horário. Nossas preocupações eram diversas, a saúde dos nossos funcionários, a continuidade dos nossos clientes, a atividade econômica dos estados brasileiros e nosso território. Porém a segurança em nossa estratégia, os aprendizados que tivemos em 2020 e capacidade de adaptação que temos nos manteve focados e certos de que poderíamos fazer um grande ano.

E assim o fizemos. 2021 marcou a história da Companhia. Avançamos consideravelmente em nossas avenidas estratégias de crescimento orgânico e inorgânico. Assinamos uma carta de intenção de unificação dos nossos negócios com o Grupo Simões, engarrafador que atua no Norte do Brasil. Tivemos ainda uma mudança considerável em nosso portfólio, que aumentou de 9 para 26 a quantidade de categorias e de 28 marcas para 56. Assim, passamos a oferecer uma gama de produtos mais completa aos nossos clientes e consumidores, nos possibilitando, cada vez mais, aumentar nossa relevância e estreitar a relação de parceria e valor que construímos ao longo dos anos com eles.

O quarto trimestre foi o período de sedimentar e consolidar essas mudanças de portfólio, conciliando com o período de festas, férias e verão no Brasil. Atingimos o patamar de 108,6 MMUC (Milhões de Caixas Unitárias), sendo 101,8 MMUC de não alcóolicos e 6,8 MMUC de alcóolicos.

O volume de não alcóolicos no quarto trimestre de 2021 se deve a manutenção do share valor de refrigerantes e o crescimento de share valor na categoria de sucos, água, energéticos e chás. Tivemos aumento no mix de embalagens individuais, devido ao retorno do volume no canal de consumo imediato, aos packs promocionais no consumo futuro e ao pilar de premiunização. Este último puxado pela marca Schweppes, que segue em forte crescimento e com inovações constantes. A Schweppes Tônica sem açúcar foi estendida para o território de Mato Grosso e dois novos sabores foram lançados:

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Schweppes Ginger Ale e Schweppes Club Soda. O destaque de embalagem individuais também vai para Coca-Cola sem açúcar, que cresceu duplo dígito versus ano anterior e teve o lançamento de um pack promocional para os canais de consumo futuro.

A transição para o novo portfólio de cervejas, seguindo o novo acordo assinado com a cervejaria Heineken, aconteceu no terceiro trimestre, mas foi no quarto trimestre que houve o impacto completo da mudança. Sentimos o efeito no volume dentro do que havíamos previsto e já começamos a utilizar nossa potência para fazer Eisenbahn e Tiger crescerem; atingindo cobertura recorde da primeira em embalagens descartáveis dos últimos 3 anos. Além disso, nos territórios onde nos mantivemos com a distribuição das marcas Amstel e Heineken entregamos um crescimento vs anos anterior. Adicionalmente, iniciamos a distribuição dos produtos da cervejaria Estrella Galicia, cujas marcas começaram a integrar nosso portfólio em novembro de 2021 e passarão a ser completamente distribuídas em 2022.

Na avenida de novos negócios, expandimos o piloto com produtos da Mondelez para mais um estado, o Ceará, e iniciamos o piloto com produtos da Perfetti Van Melle. Os produtos das duas empresas vêm atingindo níveis satisfatórios de cobertura e recompra. Seguiremos acompanhando de perto as performances e os possíveis desafios e próximos passos, sempre ponderando o melhor para o resultado da companhia.

Os efeitos descritos anteriormente se refletiram na nossa Receita Líquida que encerrou o período de abril a dezembro em R\$ 4.350,6 milhões, suportada pelo desempenho do volume de não alcoólicos, repasse gradual de preços e mix favorável de canais e embalagens mais rentáveis.

No período de abril a dezembro o lucro bruto foi de R\$ 1.524,4 milhões, com margem de 35%. Mantivemos um rígido acompanhamento das despesas, buscando eficiências operacionais, o que permitiu alcançar uma margem EBITDA ajustada de 18,5% no período de abril a dezembro. Nesse mesmo período, o Lucro Líquido Ajustado acumulou R\$ 515,0 milhões, com margem de 11,8%.

Continuamos acelerando nossa jornada de transformação digital, focados em seguir trazendo excelência para nosso processo de ida ao mercado e atendimento aos nossos clientes. Contamos com ferramentas digitais e analíticas consolidando cada vez mais nossa estratégia “FIGITAL”, e estreitando a relação de parceria com nossos clientes. Finalizamos o trimestre com 17% da nossa Receita Bruta realizada via nossos canais digitais e seguimos expandindo o uso das ferramentas de apoio digital por nossos clientes, fechando o trimestre com 170 mil clientes com o “SuperApp Solar” ativos e com a adesão de 22% da nossa base de clientes diretos à Conta XIP, ferramenta de banco digital oferecida exclusivamente aos nossos clientes.

Mais importante, crescemos de forma sustentável, também evoluindo consistentemente em nossos indicadores de ESG, desde a redução da utilização de água, aumento da reciclagem de resíduos sólidos, utilização de energia limpa, além de acelerarmos a formação de jovens através da participação em nosso programa Coletivo. Estamos construindo um futuro sólido e sustentável de crescimento da Companhia, seguindo três avenidas: (1) crescimento e rentabilização do nosso portfólio atual, (2) adição de novas categorias ao portfólio, potencializando nossa robusta rede de distribuição; e (3) crescimento inorgânico.

Notas Explicativas

Solar Bebidas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Solar Bebidas S.A. ("Companhia") é o segundo maior fabricante da Coca-Cola no Brasil e um dos 20 maiores fabricantes do Sistema Coca-Cola no mundo. Está entre as dez maiores empresas do Nordeste e uma das maiores empresas de bens de consumo do país.

Com capacidade para produzir mais de três bilhões de litros de bebida/ano para atender a mais de 320 mil pontos de venda, possui mais de 12 mil colaboradores distribuídos por 9 fábricas e 35 centros de distribuição nos 12 Estados de atuação.

Área de atuação



Em 2 de março de 2021, foi constituída a Helius Participações Ltda., atualmente denominada Solar Bebidas S.A. e em 30 de março de 2021, a Solar.BR Participações S.A. ("Solar.BR") efetuou uma reorganização societária através do aporte dos investimentos nas controladas Norsa Refrigerantes S.A. ("Norsa") e a Refrescos Guararapes Ltda. ("Regua") na Companhia. E a Companhia passou a ser a controladora direta da Norsa e Regua.

A Norsa é uma sociedade anônima de capital fechado que tem como controlada a Tocantins Refrigerantes Ltda. ("Tocref"), que não possui operação, além do investimento na Solarpay Instituição de Pagamentos S.A. ("SolarPay"). O objetivo social principal da Norsa é a industrialização e comercialização de bebidas, notadamente de refrigerantes e produtos conexos atuando nos estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Piauí, Pernambuco, Bahia, Alagoas e Mato Grosso.

Notas Explicativas

Solar Bebidas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2021

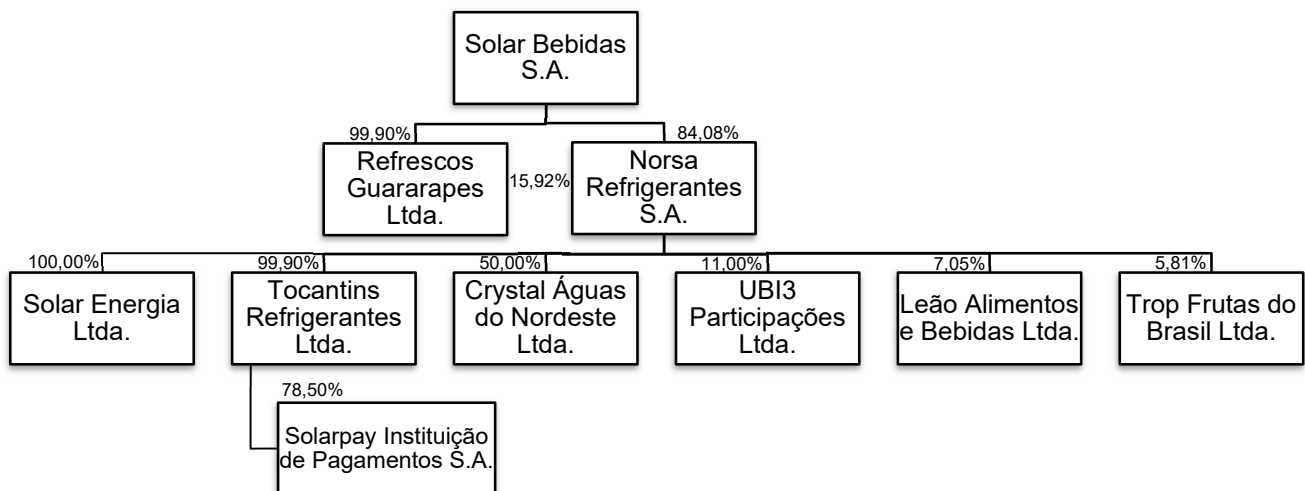
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional--Continuação

A Norsa consolida as informações da Tocref e da SolarPay, assim como possui participação avaliadas pelo método de equivalência patrimonial na Crystal Águas do Nordeste Ltda., UBI3 Participações Ltda., Leão Alimentos e Bebidas Ltda. e Trop Frutas do Brasil Ltda., conforme organograma abaixo.

A Regua é uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, cujo objetivo social é a industrialização e comercialização de bebidas, notadamente de refrigerantes e produtos conexos, atuando nos estados de Paraíba, Sergipe e Maranhão.

a) Organograma em 31 de dezembro de 2021



Notas Explicativas**Solar Bebidas S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional--Continuação

Segue abaixo um sumário dos ativos e passivos da Norsa e Regua em 30 de março de 2021, que foram aportados na Companhia e registrados a valores contábeis.

	<u>30/03/2021</u>
Ativo	
Ativo circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	834.392
Aplicações financeiras	1.695
Contas a receber de clientes	231.536
Estoques	467.994
Impostos a recuperar	158.058
Partes relacionadas	16.459
Instrumentos financeiros derivativos	20.739
Outros ativos	39.671
Total do ativo circulante	<u>1.770.544</u>
Ativo não circulante	
Aplicações financeiras	10.644
Conta vinculada	26.152
Partes relacionadas	15.000
Depósitos judiciais	202.909
Impostos a recuperar	306.825
Outros ativos	5.403
Investimentos	152.699
Imobilizado	1.599.129
Direito de uso	65.648
Intangível	930.528
Total do ativo não circulante	<u>3.314.937</u>
Total do ativo	<u><u>5.085.481</u></u>

Notas Explicativas**Solar Bebidas S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional--Continuação

	30/03/2021
Passivo e patrimônio líquido	
Passivo circulante	
Fornecedores	688.522
Fornecedores - risco sacado	275.848
Empréstimos e financiamentos	101.492
Debêntures	55.943
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	89.954
Obrigações tributárias	82.656
Tributos parcelados	156
Instrumentos financeiros derivativos	3.166
Subvenções governamentais	14.623
Passivo de arrendamento	16.640
Partes relacionadas	52.551
Dividendos a pagar	325.000
Outros passivos	44.166
Total do passivo circulante	1.750.717
Passivo não circulante	
Empréstimos e financiamentos	816.384
Debêntures	145.573
Tributos parcelados	1.181
Subvenções governamentais	34.397
Passivo de arrendamento	51.252
Obrigações com antigos acionistas	26.152
Provisão para contingências	325.185
Imposto de renda e contribuição social diferidos	34.384
Outros passivos	1.600
Total do passivo não circulante	1.436.108
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia	1.895.362
Participação dos acionistas não controladores	3.294
Total do patrimônio líquido	1.898.656
Total do passivo e patrimônio líquido	5.085.481

Principais eventos até 31 de dezembro de 2021***Aquisição da participação da empresa Solarpay Instituição de Pagamentos S.A.***

Em 20 de janeiro de 2021 a Tocref adquiriu 78,5% de participação na empresa Sol e Mar Instituição de Pagamentos S.A., atualmente denominada Solarpay Instituição de Pagamentos S.A. ("SolarPay").

Através da aquisição da SolarPay, o Grupo investe na transformação digital com foco em atender seus clientes, levando até eles soluções de usabilidade e baixo custo para apoiar na transformação do pequeno e médio varejo, tornando-o mais ágil, competitivo e digital.

Notas Explicativas

Solar Bebidas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional--Continuação

Principais eventos até 31 de dezembro de 2021--Continuação

Aquisição da participação da empresa Solarpay Instituição de Pagamentos S.A.--Continuação

Parte desta estratégia de apoio a digitalização dos seus clientes, um dos produtos que será oferecido é uma conta digital, com tarifas e taxas competitivas, dentre tantos outros atributos, intitulada como "Conta XIP", que permitirá receber e realizar depósitos e transferências, emitir e pagar boletos, sacar dinheiro, gerenciar vendas realizadas por cartões de débito e crédito, fazer a antecipação de recebíveis, PIX, microcrédito e muito mais. Com isso, o Grupo Solar busca reforçar ainda mais a parceria junto aos clientes.

A alocação preliminar de valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data de cada aquisição da SolarPay é apresentada a seguir:

	<u>SolarPay</u>
Ativos	
Caixa e equivalentes de caixa	5.028
Contas a receber acionistas	10.000
Outras ativos	107
Intangível aloável	1.193
Intangível	261
	<u>16.589</u>
Passivos	
Fornecedores	554
Total dos ativos líquidos identificáveis a valor justo líquidos	<u>16.035</u>
Goodwill	2.413
Total da contraprestação	<u>18.448</u>
Participação de acionistas não controladores sobre ativos a fair value	3.448
Caixa pago	5.000
Pagamentos futuros	10.000
Análise do fluxo de caixa na aquisição:	
Custos de transação (incluído no fluxo de caixa das atividades operacionais)	1.400
Caixa pago e capital subscrito, líquido de caixa adquirido com da controlada (incluído no fluxo de caixa das atividades de investimento)	28

O Grupo Solar não reconheceu impostos diferidos relacionados à combinação de negócios uma vez que a base fiscal e a base contábil, incluindo ajustes ao valor justo, eram as mesmas na data da aquisição.

Notas Explicativas

Solar Bebidas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional--Continuação

Principais eventos até 31 de dezembro de 2021--Continuação

Aquisição da participação da empresa Solarpay Instituição de Pagamentos S.A.--Continuação

Custos de transação

Os custos de transação de R\$ 1.400 foram contabilizados como despesas gerais e administrativas.

Mensuração do valor justo

As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo dos ativos intangíveis identificados separadamente adquiridos foram as seguintes:

Ativo intangível adquirido	Técnica de avaliação
Carteira clientes	Multi-period excess earning O método considera o valor presente dos fluxos de caixa líquidos que devem ser gerados pela carteira de clientes adquirida, excluindo os fluxos de caixa relacionados a ativos contributivos.
Software	Replacement cost O método considera o valor que uma entidade teria que pagar para substituir no momento, de acordo com seu valor atual.
Marcas	Relief-from-royalties O método considera o desconto estimado de pagamentos de royalties que se espera que sejam evitados como resultado da marcas adquiridas.
Acordo de não competição	With-and-without O método consiste em estimar o valor justo de um ativo pela diferença entre o valor desse ativo em dois cenários: um cenário considerando a existência do ativo em questão e outro, considerando sua inexistência.

Desde a data da aquisição, a SolarPay não contribuiu com a receita líquida e contribuiu com R\$ 7.022 de prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social no período de abril a dezembro de 2021.

Notas Explicativas

Solar Bebidas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional--Continuação

Principais eventos até 31 de dezembro de 2021--Continuação

Constituição da empresa Solar Energia Ltda.

Em 7 de abril de 2021, a Norsa constituiu uma empresa no segmento de comercialização de energia, com participação de 99,9%.

Com intuito de simplificar as operações internas, obter resultados na gestão de energia de seus parceiros e fomentar o uso de energia de fontes renováveis, a Companhia e sua controlada decidiram investir na abertura da comercializadora de energia. Com esta nova empresa será possível atuar ativamente no mercado de energia na busca constante de redução de custos de nossa cadeia provendo o uso de energia limpa.

A comercializadora abre a possibilidade de agregarmos o volume nosso com nossos parceiros, por meio de compras estratégicas, garantindo assim rentabilidade para a nova empresa e custos menores para nossos parceiros na utilização de energia limpa.

Acordo comercial de distribuição - Grupo Mondelez

A Companhia e a Mondelez Brasil Ltda. ("Mondelez") assinaram, em 13 de julho de 2021, memorando de entendimentos ("MoU Mondelez") a fim de possibilitar a concessão à Solar do direito de distribuir certos produtos com relação aos quais a Mondelez é detentora exclusiva, por meio de sua distribuição direta na região dos Estados do Ceará e Maranhão, dos respectivos direitos de comercialização, de modo a ampliar os canais de vendas da Mondelez, que são alcançados pela Solar. Para que seja verificada a possibilidade da celebração do negócio acima descrito, as partes pretendem explorar, por meio de um projeto piloto, a distribuição pela Solar de certos produtos da Mondelez ("Produtos"), em território restrito e por período limitado, sem exclusividade, com vistas a avaliar a viabilidade de possível futura parceria de distribuição entre as mesmas. Cumpre esclarecer que a referida parceria não representa constituição de sociedade, "joint venture" ou qualquer outro tipo de associação, formal ou informal, entre as partes, as quais seguem com suas atividades e estratégias de negócio de forma independente, resguardada, assim, a liberdade comercial das partes para exercerem suas atividades comerciais.

Notas Explicativas

Solar Bebidas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional--Continuação

Principais eventos até 31 de dezembro de 2021--Continuação

Reclassificação para curto prazo de recursos de terceiros

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e suas controladas apresentaram capital circulante líquido consolidado negativo, no montante de R\$ 572.834 devido, principalmente, à reclassificação para curto prazo do valor referente aos Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA), em função de seu vencimento. Conforme divulgado na Nota 18, a Companhia apresenta o valor de R\$ 668.450 com quitação em curto prazo. Para fazer frente ao pagamento e a necessidade de capital de giro o Grupo Solar planeja a captação de novos recursos até a data da liquidação que visam alargar a dívida.

Acordo comercial de distribuição - Grupo Campari

A Companhia assinou, em 1º de setembro de 2021, memorando de entendimentos ("MoU Campari") com a Campari do Brasil Ltda. (o qual não representa um pré-contrato entre as partes e não significa que as partes assumem qualquer obrigação em relação à discussão dos e/ou celebração de eventuais contratos definitivos), através do qual pretendem iniciar um projeto piloto, preliminar e temporário, para a distribuição, pela Solar, de certos produtos da Campari ("Produtos Campari" e "Projeto Piloto"), visando a consolidação posterior de uma relação comercial de longo prazo a ser estruturada de acordo com os padrões aplicados pelo Sistema Coca-Cola. A distribuição dos Produtos Campari pela Solar será realizada de forma autônoma e independente da Campari, conforme termos estipulados no MoU Campari, respeitando, ainda, o posicionamento dos Produtos Campari no que diz respeito a características e preços de mercado, desde que previamente fornecidos pela Campari e validados entre as partes. Em 27 de dezembro de 2021, a Companhia e a Campari assinaram o 1º aditivo ao MoU estendendo a vigência até 31 de março de 2022 ou até a data de celebração dos contratos definitivos, o que ocorrer primeiro, salvo em hipóteses rescisão motivada e/ou imotivada, descritas no MoU Campari. Além de estender o prazo de vigência do MOU, o 1º aditivo alterou o Anexo V (território e canais), a partir de 1º de janeiro de 2022, para estabelecer o atendimento em todo o território da Solar. Cumpre esclarecer que o Projeto Piloto não representa constituição de sociedade (joint venture).

Notas Explicativas

Solar Bebidas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional--Continuação

Principais eventos até 31 de dezembro de 2021—Continuação

Acordo comercial de distribuição – Cervejaria Estrella de Galicia

A Companhia firmou, em 3 de setembro de 2021, o contrato de distribuição com a Estrella de Galicia Importação e Comercialização de Bebidas e Alimentos Ltda. (“Estrella Galicia”), com o intuito de estabelecer os termos para comercialização e distribuição dos produtos fabricados ou comercializados pela Estrella Galicia no território de atuação das Distribuidoras através do sistema de distribuição KO (sistema Coca-Cola de distribuição de bebidas no Brasil, sendo composto pela Coca-Cola, Distribuidoras e todos os demais engarrafadores brasileiros da Coca-Cola) (“Sistema de Distribuição KO”). As Distribuidoras e a Estrella Galicia, celebraram, juntamente com a Coca-Cola e as demais distribuidoras que integram o Sistema de Distribuição KO, na mesma data, contrato a fim de estabelecer as normas gerais que deverão reger o acesso da Estrella Galicia ao Sistema de Distribuição KO.

Análise dos efeitos da pandemia do COVID-19

Em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o corona vírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somados ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Em 10 de março de 2020, a Comissão de Valores Mobiliários – CVM, emitiu o ofício-circular CVM/SNC/SEP nº 02/20, orientando as companhias abertas a avaliarem de maneira cuidadosa, os impactos do COVID-19 em seus negócios e reportarem nas demonstrações financeiras os principais riscos e incertezas advindos dessa análise, observando as normas contábeis aplicáveis.

Nesse sentido, dentre os diversos riscos e incertezas aos quais a Companhia e suas controladas estão expostas, a Administração dispensou especial atenção àqueles eventos econômicos que tenham relação com a continuidade dos negócios e/ou às estimativas contábeis levadas à efeito, como: recuperabilidade de ativos financeiros e não financeiros, tributos sobre o lucro, mensuração de ativos e passivo de arrendamento, mensuração do valor justo, provisões e passivos contingentes, reconhecimento de receita e liquidez e cumprimento de compromissos financeiros.

A seguir detalhamos as avaliações e conclusões sobre os impactos da pandemia do COVID-19 sobre as principais transações da Companhia e suas controladas.

Notas Explicativas

Solar Bebidas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional--Continuação

Análise dos efeitos da pandemia do COVID-19--Continuação

i) *Recuperabilidade de ativos financeiros (NBC TG 48)*

Conforme divulgado na Nota 21, a Companhia e suas controladas estão sujeitas ao risco de crédito para seus saldos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, conta vinculada e instrumentos financeiros derivativos.

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021, o Grupo Solar e suas controladas possuem saldos em caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras, no montante de R\$ 580.286. Tais recursos são mantidos em instituições financeiras sólidas e que embora no atual cenário há possibilidade de aumento da inadimplência de seus clientes, não existem indicativos de aumento significativo do risco de crédito dessas contrapartes. Adicionalmente, vale ressaltar que o Banco Central implementou diversas medidas para aumentar a liquidez das instituições financeiras, de forma que nenhuma perda é esperada em função da pandemia do COVID-19..

Contas a receber de clientes (provisão para perdas esperadas com contas a receber)

As vendas do Grupo Solar são realizadas 100% por meio de boleto bancário. O risco de crédito dos saldos de contas a receber de clientes é mitigado através da provisão para perdas esperadas. Os efeitos da pandemia do COVID-19 sobre tais contrapartes não são significativos, dessa forma nenhuma perda adicional é esperada.

ii) *Recuperabilidade de ativos não financeiros (NBC TG 01 R4)*

Estoques

Considerando que a Companhia e suas controladas possuem como atividade principal, a venda de bebidas, as suas operações foram consideradas pelas autoridades públicas como essenciais, sendo autorizado a abertura e funcionamento normal das suas fábricas e centros de distribuição, mediante a adoção de medidas de contenção da proliferação do COVID-19.

Os pedidos de compra junto aos fornecedores não foram comprometidos e continuaram sendo entregues normalmente, não ocorrendo interrupção da cadeia de suprimentos. Também seguindo a mesma justificativa para os pedidos de vendas.

Notas Explicativas

Solar Bebidas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional--Continuação

Análise dos efeitos da pandemia do COVID-19—Continuação

Dessa forma, a Companhia e suas controladas avaliam que os riscos de realização dos estoques por um valor inferior ao valor realizável líquido já estão contemplados dentro das estimativas atuais de perdas e não espera perdas adicionais em função da pandemia do COVID-19.

Imobilizado e intangível

As operações da Companhia e de suas controladas não sofreram interrupções, de forma que as fábricas e centros de distribuição continuam operando normalmente. A Companhia e suas controladas monitoram a capacidade de geração futura de caixa de forma a garantir que os fluxos de caixa descontados a valor presente não sejam inferiores ao investimento realizado.

A Companhia e suas controladas atualizaram os cálculos de recuperabilidade de seus ativos, considerando os impactos da pandemia do COVID-19, porém não foi identificada a necessidade de constituição de provisões adicionais, além daquelas já reconhecidas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

iii) *Tributos sobre o lucro (NBC TG 32 R4)*

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e suas controladas efetuaram projeções e análises sobre a recuperabilidade dos tributos sobre o lucro, considerando os efeitos da pandemia do COVID-19, e não identificaram a necessidade de constituição de provisão para perda.

iv) *Mensuração de ativos de direito de uso e passivo de arrendamento (NBC TG 06-R3)*

A Companhia e suas controladas continuam avaliando, medidas de preservação de caixa, como o diferimento ou redução dos aluguéis relativos aos imóveis locados.

Até o momento, não há efeitos significativos sobre o passivo de arrendamento em função da pandemia do COVID-19.

v) *Mensuração do valor justo*

A Companhia e suas controladas mantém contratos de instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de proteção de dívidas e outros passivos financeiros denominados em moeda estrangeira e “*commodities*”. Essas operações são mensuradas a valor justo por meio do resultado.

Notas Explicativas

Solar Bebidas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional--Continuação

Análise dos efeitos da pandemia do COVID-19--Continuação

Considerando a natureza dessas operações, e que as contrapartes (instituições financeiras) não deverão sofrer impactos relevantes em suas operações, de forma que comprometa o risco de crédito dessas instituições financeiras. A Companhia e suas controladas consideram que o COVID-19 não produz impactos sobre a mensuração a valor justo de suas operações.

vi) *Provisões e passivos contingentes*

A Companhia e suas controladas avaliaram a natureza de suas provisões e passivos contingentes e não identificaram impactos decorrentes do COVID-19 sobre a mensuração contábil de tais transações.

vii) *Reconhecimento de receita*

A Companhia e suas controladas avaliaram os critérios de reconhecimento de suas receitas, bem como a existência de quaisquer mudanças sobre as políticas de devolução ou outros compromissos de desempenho assumidos com seus clientes e considerando que nenhuma alteração ocorreu nas práticas de reconhecimento, sendo assim, avaliou que o COVID-19 não produziu impactos sobre critérios de reconhecimento das receitas.

viii) *Liquidez e cumprimento de compromissos financeiros*

A Companhia e suas controladas continuam atendendo todos os índices e indicadores financeiros definido em seus contratos de empréstimos e financiamentos, ocorrendo inclusive melhora de tais indicadores. O rating da dívida da Companhia e de suas controladas foi reavaliado e a nota foi mantida no patamar anterior à pandemia do COVID-19.

A Companhia e suas controladas estão comprometidas com as medidas de austeridade e preservação de caixa, de forma a garantir a sua continuidade operacional.

Notas Explicativas

Solar Bebidas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Declaração de conformidade e base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico como base de valor, geralmente baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos, exceto para determinados ativos e passivos financeiros que são mensurados pelo valor justo. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para perdas esperadas com contas a receber, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que elas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia e suas controladas revisam suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela CVM e as normas e orientações expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de demonstrações financeiras.

A Administração considerou as orientações emanadas da orientação OCPC 07, emitidas pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Notas Explicativas

Solar Bebidas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

Declaração de conformidade e base de preparação--Continuação

A Administração avaliou a capacidade da Companhia e de suas controladas em continuar operando normalmente e está convencida de que ele possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia e de suas controladas não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Conforme mencionado anteriormente, a Companhia foi constituída em 2 de março de 2021, e em 30 de março de 2021, a Solar.BR efetuou uma reorganização societária através do aporte dos investimentos nas controladas Norsa e Regua na Companhia. A Companhia passou a ser a controladora direta da Norsa e Regua. Desta forma, até 31 de março de 2021, a Companhia não apresentou movimentações patrimoniais e não possuía operações a serem refletidas nas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, dos fluxos de caixa e do valor adicionado para o período findo naquela data, nem possui valores correspondentes para serem apresentados com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

A Administração da Companhia aprovou a emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 11 de março de 2022.

3. Políticas contábeis

a) Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2021. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as controladas diretas Norsa e Regua e a controladas indiretas Tocref e SolarPay a partir de 30 de março de 2021.

O controle é obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

Notas Explicativas

Solar Bebidas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

3. Políticas contábeis--Continuação

Especificamente, a Companhia controla uma investida se, e apenas se, tiver:

- Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida);
- Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e
- A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos.

Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a essa presunção e quando a Companhia tiver menos da maioria dos direitos de voto de uma investida, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive:

- O acordo contratual entre o investidor e outros titulares de direitos de voto;
- Direitos decorrentes de outros acordos contratuais; e
- Os direitos de voto e os potenciais direitos de voto da Companhia (investidor).

A Companhia e suas controladas avaliam se exercem controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle anteriormente mencionados. A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando a Companhia deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o período são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver controle até a data em que a Companhia deixar de exercer o controle sobre a controlada.

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta, a data na qual a Companhia obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes. Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, são eliminados por completo.

Notas Explicativas

Solar Bebidas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

3. Políticas contábeis--Continuação

a) Base de consolidação--Continuação

Se a Companhia perder o controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa dos correspondentes ativos (incluindo qualquer ágio) e os passivos da controlada pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido e a baixa do valor contábil de quaisquer participações de não controladores na data em que o controle for perdido (incluindo quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a elas). Qualquer diferença resultante como ganho ou perda é contabilizada no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo seu valor justo na data em que o controle é perdido. Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos da Companhia e suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial.

b) Investimentos

Investimento em coligadas

Os investimentos da Companhia e de suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial.

O ágio relacionado com as coligadas é incluído no valor contábil do investimento, não sendo amortizado. Em função do ágio fundamentado em rentabilidade futura (*goodwill*), integrar o valor contábil do investimento nas coligadas (não é reconhecido separadamente), ele não é testado separadamente em relação ao seu valor recuperável.

A demonstração do resultado reflete a parcela dos resultados das operações das investidas. Os ganhos e perdas não realizados, resultantes de transações entre a Companhia e suas coligadas, quando aplicável, são eliminados de acordo com a participação mantida nas coligadas.

A participação societária nas coligadas é demonstrada na Nota 1.

As demonstrações financeiras das coligadas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Companhia. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Companhia. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia e suas controladas determinam se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em suas coligadas.

Notas Explicativas

Solar Bebidas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Políticas contábeis--Continuação

b) Investimentos--Continuação

Investimento em coligadas--Continuação

A Companhia e suas controladas determinam, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento nas coligadas sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia e suas controladas calculam o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da coligada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado.

Investimento em joint ventures

Joint venture é um negócio em conjunto por meio do qual as partes que tenham controle conjunto sobre o acordo têm direitos aos ativos líquidos da *joint venture*. Controle conjunto é o compartilhamento contratualmente acordado de um controle, existente apenas quando decisões sobre as atividades pertinentes exigirem o consentimento unânime das partes que estiverem compartilhando o controle.

A análise efetuada na apuração de influência significativa ou controle conjunto são semelhantes às necessárias para determinar controle em relação à uma controlada.

Os investimentos da Companhia e de suas controladas em suas "*joint ventures*" são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial e as operações não são consolidadas.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento em uma coligada ou "*joint venture*" é reconhecido inicialmente ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia e de suas controladas no patrimônio líquido da coligada ou da "*joint venture*" a partir da data de aquisição. O ágio relativo à coligada ou *joint venture* é incluído no valor contábil do investimento, não sendo, no entanto, amortizado nem separadamente testado para fins de redução no valor recuperável dos ativos.

A demonstração do resultado reflete a participação da Companhia e de suas controladas nos resultados operacionais da coligada ou "*joint venture*". Eventual variação em outros resultados abrangentes das investidas é apresentada como parte de outros resultados abrangentes da Companhia e de suas controladas. Adicionalmente, quando houver variação reconhecida diretamente no patrimônio líquido da coligada ou na "*joint venture*", a Companhia e suas controladas reconhecerão sua participação em quaisquer variações, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

Notas Explicativas

Solar Bebidas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

3. Políticas contábeis--Continuação

b) Investimentos--Continuação

Investimento em *joint ventures*--Continuação

Ganhos e perdas não realizados em decorrência de transações entre a Companhia e a coligada ou "*joint venture*" são eliminados em proporção à participação na coligada ou "*joint venture*".

A soma da participação da Companhia e suas controladas nos resultados de uma coligada ou "*joint venture*" apresentada na demonstração do resultado, representa o resultado após os tributos e as participações na coligada ou "*joint venture*".

As demonstrações financeiras da coligada ou "*joint venture*" são elaboradas para o mesmo período de divulgação que as da Companhia e de suas controladas. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia e suas controladas determinam se é necessário reconhecer perda adicional sobre o valor recuperável do investimento da Companhia e de suas controladas em sua coligada ou "*joint venture*".

Ao perder influência significativa sobre a coligada ou controle conjunto sobre a "*joint venture*", a Companhia e suas controladas mensuram e reconhecem qualquer investimento retido ao valor justo. Eventual diferença entre o valor contábil da coligada ou "*joint venture*", no momento da perda de influência significativa, e o valor justo do investimento retido e dos resultados da alienação são reconhecidos no resultado.

c) Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. Em todas as informações financeiras apresentadas em reais os valores foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são contabilizadas utilizando a taxa de câmbio vigente na data da respectiva transação. Os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data do balanço patrimonial. As variações cambiais são reconhecidas na demonstração do resultado quando incorridas.

Notas Explicativas

Solar Bebidas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Políticas contábeis--Continuação

d) Classificação corrente versus não corrente

A Companhia e suas controladas apresentam ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante.

Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e
- É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e
- A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia e suas controladas classificam todos os demais passivos no não circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

Notas Explicativas

Solar Bebidas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

3. Políticas contábeis--Continuação

e) Mensuração do valor justo

A Companhia e suas controladas mensuram instrumentos financeiros (como, por exemplo, derivativos) ao valor justo em cada data de reporte. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; e
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia e suas controladas.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso.

A Companhia e suas controladas utilizam técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;
- Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e
- Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Notas Explicativas

Solar Bebidas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

3. Políticas contábeis--Continuação

e) Mensuração do valor justo--Continuação

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ao valor justo de forma recorrente, a Companhia e suas controladas determinam se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação.

A Companhia e suas controladas determinam as políticas e os procedimentos para mensuração do valor justo, e ativos financeiros não cotados.

Em cada data de reporte, a Companhia e suas controladas analisam as movimentações nos valores dos ativos e passivos que devem ser mensurados ou reavaliados de acordo com as políticas contábeis da Companhia e de suas controladas.

Para fins dessa análise, a Companhia e suas controladas confirmam as principais informações utilizadas na última avaliação, confrontando as informações constantes no cálculo da avaliação com os contratos e demais documentos relevantes.

A Companhia e suas controladas, em conjunto com os avaliadores externos, também comparam cada movimentação no valor justo de cada ativo e passivo com as respectivas fontes externas com o objetivo de determinar se a movimentação é aceitável.

As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas explicativas.

Para fins de divulgações do valor justo, a Companhia e suas controladas determinaram classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado. As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas explicativas.

f) Receita de contrato com cliente

A NBC TG 47 – Receita de Contrato com Cliente, equivalente ao IFRS 15, estabelece um modelo que evidencia se os critérios para a contabilização foram satisfeitos observando as seguintes etapas: (i) a identificação do contrato com o cliente; (ii) a identificação das obrigações de desempenho; (iii) a determinação do preço da transação; (iv) a alocação do preço da transação; e (v) o reconhecimento da receita mediante o atendimento da obrigação de desempenho.

Notas Explicativas

Solar Bebidas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

3. Políticas contábeis--Continuação

f) Receita de contrato com cliente--Continuação

Considerando esses aspectos, as receitas são registradas pelo valor que reflete a expectativa da Companhia e de suas controladas receberem pela contrapartida dos produtos oferecidos aos clientes. A receita bruta é apresentada deduzindo os tributos, abatimentos, descontos e devoluções. A Companhia e suas controladas avaliam as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Venda de produtos e mercadorias

A receita de venda de produtos é reconhecida quando for satisfeita a obrigação de desempenho, ou seja, quando houver a transferência física dos produtos vendidos e o cliente obtiver o controle desses bens, o que, geralmente ocorre no momento da entrega dos produtos.

A Companhia e suas controladas consideram se há outras promessas no contrato com cliente que são obrigações de desempenho distintas, às quais uma parcela do preço da transação precisaria ser alocada (exemplos dessas obrigações de desempenho distintas seriam garantias, pontos de fidelização do cliente, entre outras, as quais não se aplicam ao modelo de negócios da Companhia e de suas controladas). Ao determinar o preço de transação para a venda de produtos a Companhia e suas controladas consideram, quando aplicável, os efeitos da contraprestação variável, a existência de componentes de financiamento significativos, a contraprestação não monetária e a contraprestação devida ao cliente.

Contraprestação variável

Acréscimos e penalidades por atraso

A Companhia e suas controladas cobram de seus clientes acréscimos e penalidades por atrasos na liquidação do valor a receber sobre as vendas. Devido ao grau de incerteza no recebimento desses montantes (contraprestação variável), a Companhia e suas controladas reconhecem as receitas de acréscimos e penalidades por atraso apenas no momento do recebimento efetivo de tais valores.

Notas Explicativas

Solar Bebidas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

3. Políticas contábeis--Continuação

f) Receita de contrato com cliente--Continuação

Descontos por volume e pontualidade no pagamento

A Companhia e suas controladas oferecem descontos por pontualidade no pagamento e por volume de forma retrospectiva para determinados clientes quando a quantidade de produtos adquiridos durante o período excede um limite especificado em contrato. Os descontos são compensados com valores a pagar pelo cliente. Para estimar a contraprestação variável dos descontos futuros esperados, a Companhia e suas controladas aplicam o método do valor mais provável para contratos com um limite de volume único, e o método do valor esperado para contratos com mais de um limite de volume e para os contratos que preveem descontos por pontualidade no pagamento. O método selecionado que melhor prediz o montante de contraprestação variável é impulsionado principalmente pelo número de limites de volume constantes do contrato. Em seguida, a Companhia e suas controladas aplicam os requisitos sobre estimativas restritivas de contraprestação variável e reconhece uma provisão redutora no contas a receber de clientes para os descontos futuros esperados.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou um período mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

g) Impostos

Imposto de renda e contribuição social - correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último período e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço. Atualmente, as provisões para imposto de renda e contribuição social foram constituídas às alíquotas de 15%, mais adicional de 10%, e 9%, respectivamente, sobre o lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões admitidas.

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. O imposto diferido da Companhia e de suas controladas se referem a diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

Notas Explicativas

Solar Bebidas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

3. Políticas contábeis--Continuação

g) Impostos--Continuação

Imposto de renda e contribuição social - correntes--Continuação

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizados, somente na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que são esperadas a serem aplicáveis no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, baseado nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeita à mesma autoridade tributária.

Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Contas a receber de clientes e a pagar apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas.

O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

h) Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do exercício do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo.

Notas Explicativas

Solar Bebidas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

3. Políticas contábeis--Continuação

h) Subvenções governamentais--Continuação

Quando a Companhia e suas controladas recebem benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos na demonstração do resultado ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais.

i) Instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia e de suas controladas para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia e suas controladas tenham aplicado o expediente prático, a Companhia e suas controladas inicialmente mensuram um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia e suas controladas tenham aplicado o expediente prático são mensuradas pelo preço de transação determinado de acordo com a NBC TG 47 – Receita de Contrato com Cliente.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” (também referido como teste de “SPPI”) sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

Notas Explicativas

Solar Bebidas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Políticas contábeis--Continuação

i) Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos e passivos financeiros--Continuação

Ativos financeiros--Continuação

O modelo de negócios da Companhia e de suas controladas para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia e suas controladas se comprometem a comprar ou vender o ativo.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- (i) Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);
- (ii) Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida);
- (iii) Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); ou
- (iv) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

A categoria ativos financeiros ao custo amortizado é a mais relevante para a Companhia e suas controladas. A Companhia e suas controladas mensuram os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

- O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e
- Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Notas Explicativas

Solar Bebidas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

3. Políticas contábeis--Continuação

i) Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos e passivos financeiros--Continuação

Ativos financeiros--Continuação

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Companhia e de suas controladas ao custo amortizado incluem caixa e equivalentes de caixa, conta vinculada, contas a receber de clientes e de partes relacionadas. Aplicações financeiras que não são equivalentes de caixa estão apresentados ao seu valor justo corrigidos pelos indicadores vigentes em cada aplicação.

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram.

A Companhia e suas controladas transferem seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse transferindo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transfere o controle do ativo.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia e suas controladas reconhecem uma provisão para perdas esperadas para todos os instrumentos financeiros não registrados pelo valor justo por meio do resultado.

Notas Explicativas

Solar Bebidas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

3. Políticas contábeis--Continuação

i) Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos e passivos financeiros--Continuação

Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, ao valor justo por meio do resultado, custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado. Para os passivos financeiros que não sejam registrados ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Companhia e de suas controladas incluem fornecedores, fornecedores - risco sacado, empréstimos e financiamentos, debêntures, financiamento de subvenções governamentais, passivo de arrendamento e contas a pagar a partes relacionadas, são classificados na categoria de passivos financeiros ao custo amortizado.

Mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial, os passivos financeiros da Companhia e de suas controladas são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva, quando sujeitos a juros. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Notas Explicativas

Solar Bebidas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

3. Políticas contábeis--Continuação

i) Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos e passivos financeiros--Continuação

Passivos financeiros--Continuação

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia e suas controladas consideram equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata e sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

j) Contabilidade de hedge

A Companhia e suas controladas utilizam instrumentos financeiros derivativos para proteção contra o risco de variações de taxas de câmbio, preço de "*commodities*" e contra a exposição das variações de câmbio atribuíveis a empréstimos obtidos em moeda estrangeira.

Para operações que foram designadas para contabilidade de hedge, a Companhia e suas controladas formalmente designam e documentam: a relação de hedge, o objetivo e a estratégia de gerenciamento de risco da Companhia e de suas controladas para assumir o hedge.

A documentação inclui a identificação: i) do instrumento de cobertura; ii) o item protegido; iii) a natureza do risco coberto e como a Companhia e suas controladas avaliam se a relação de hedge atende aos requisitos de efetividade (incluído a análise de fontes de inefetividade de hedge e determinação do índice de hedge).

Uma relação de hedge se qualifica para contabilidade de cobertura se satisfizer todos os requisitos de eficácia:

- Existência de uma "relação econômica" entre o item coberto e o instrumento de cobertura.

Notas Explicativas

Solar Bebidas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

3. Políticas contábeis--Continuação

j) Contabilidade de hedge--Continuação

- O efeito do risco de crédito não influencia as alterações no valor que resultam relação econômica.
- O índice da relação de hedge é o mesmo que aquele resultante da quantidade do item protegido que a entidade efetivamente protege e a quantidade do instrumento de hedge que a entidade efetivamente utiliza para proteger essa quantidade de item protegido.

A Companhia e suas controladas possuem as seguintes relações de hedge:

- Hedge de valor justo, ao fornecer proteção contra a exposição às alterações no valor justo de ativo ou passivo reconhecido ou de compromisso firme não reconhecido, ou de parte identificada de tal ativo, passivo ou compromisso firme, que seja atribuível a um risco particular e possa afetar o resultado;
- Hedge de fluxo de caixa, ao fornecer proteção contra a variação nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma transação prevista altamente provável e que possa afetar o resultado.

k) Distribuição de dividendos

A Companhia e suas controladas reconhecem um passivo para pagamento de dividendos quando essa distribuição é autorizada e deixa de ser uma opção da Companhia ou ainda quando previsto em Lei.

Conforme a legislação societária vigente, uma distribuição é autorizada quando aprovada pelos acionistas e o montante correspondente é diretamente reconhecido no patrimônio líquido. A legislação societária estabelece ainda o requerimento de pagamento de um dividendo mínimo obrigatório, após efetuados os ajustes ao lucro auferido no período e destinação das reservas também previstas no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

l) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

Notas Explicativas

Solar Bebidas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

3. Políticas contábeis--Continuação

l) Ajuste a valor presente de ativos e passivos--Continuação

O ajuste a valor presente relativo às operações de compra de matérias primas e outros materiais para produção é registrado na rubrica "Fornecedores" com contrapartida na conta de "Estoques". Sua reversão é registrada no custo dos produtos vendidos de acordo com a venda dos estoques e despesas financeiras com fruição dos prazos de pagamentos com fornecedores.

O ajuste a valor presente das operações de venda de produtos tem como contrapartida a rubrica "Contas a receber de clientes". Sua realização é registrada na rubrica de receitas financeiras, pela fruição de prazo dos recebíveis.

m) Imobilizado

O ativo imobilizado é apresentado ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia e suas controladas reconhecem essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado quando incorridos.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo imobilizado, as taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, estão demonstradas na Nota 13.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado.

O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Notas Explicativas

Solar Bebidas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

3. Políticas contábeis--Continuação

n) Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda, quando aplicável, são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos relativos a empréstimos, financiamentos e debêntures.

o) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no período em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Os ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

Notas Explicativas

Solar Bebidas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

3. Políticas contábeis--Continuação

p) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

A Administração da Companhia e suas controladas revisam anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil, no nível da unidade geradora de caixa.

q) Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma:

Matérias-primas - custo de aquisição segundo o custo médio.

Produtos acabados e em elaboração - custo dos materiais diretos e mão de obra e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal, mas excluindo custos de empréstimos.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos as despesas estimadas de vendas.

Notas Explicativas

Solar Bebidas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

3. Políticas contábeis--Continuação

r) Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia e suas controladas esperam que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para contingências

Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos ocorra para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

Programa de participação nos resultados

A Companhia e suas controladas possuem programa de participação nos resultados baseados em metas de curto e longo prazo.

s) Segmento operacional

A Companhia e suas controladas atuam no segmento de produção e comercialização de bebidas, sendo um único segmento operacional.

t) Arrendamentos

A Companhia e suas controladas avaliam, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Aplica-se uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para curto prazo e de baixo valor.

Notas Explicativas

Solar Bebidas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

3. Políticas contábeis--Continuação

t) Arrendamentos--Continuação

Direito de uso

A Companhia e suas controladas reconhecem os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração do passivo de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor do passivo de arrendamento reconhecido, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, conforme abaixo:

	<u>Taxas médias ponderadas de depreciação (ao ano)</u>
Frotas	17% a 100%
Imóveis	11% a 33%)
Máquinas e equipamentos	10% a 50%

Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Companhia ou a suas controladas ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo.

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Vide políticas contábeis para a redução ao valor recuperável de ativos não financeiros na Nota 14.

Passivo de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia e suas controladas reconhecem o passivo de arrendamento mensurado pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de período de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e suas controladas, bem como pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia e suas controladas exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

Notas Explicativas

Solar Bebidas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

3. Políticas contábeis--Continuação

t) Arrendamentos--Continuação

Passivo de arrendamento

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia e suas controladas usam a sua taxa incremental de empréstimo na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados.

Além disso, o valor contábil do passivo de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

A Companhia e suas controladas aplicam a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

u) Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas, estão descritas a seguir. A Companhia e suas controladas pretendem adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Notas Explicativas

Solar Bebidas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Políticas contábeis--Continuação

u) Normas emitidas, mas ainda não vigentes--Continuação

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação;
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação;

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia e suas controladas avaliam o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimos existentes podem exigir renegociação.

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:

- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16);
- Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16);
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3).

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requerem que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes.

Notas Explicativas

Solar Bebidas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incertezas nas estimativas futuras e outras importantes estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste contábil dos ativos e passivos no próximo exercício são discutidas a seguir.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo líquido de despesas de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo líquido de despesas de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos despesas adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia e suas controladas ainda não tenham se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e a taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável da unidade geradora de caixa são detalhadas na Nota 15.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e o valor e época de resultados tributáveis futuros. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia e de suas controladas.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social não utilizados somente na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Para mais detalhes sobre impostos diferidos, vide Nota 24.

Notas Explicativas

Solar Bebidas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Estimativas e premissas--Continuação

Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial é obtido através de mercados ativos.

Provisões para contingências

A Companhia e suas controladas reconhecem provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuam cláusulas de opção de renovação ou rescisão (Companhia e suas controladas como arrendatárias)

A Companhia e suas controladas determinam o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa.

A Companhia e suas controladas possuem vários contratos de arrendamento que incluem opções de renovação e rescisão. A Companhia e suas controladas aplicam julgamento ao avaliar se é razoavelmente certo se deve ou não exercer a opção de renovar ou rescindir o arrendamento. Nessa avaliação, considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação ou da rescisão. Após a mensuração inicial, a Companhia e suas controladas reavaliam o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetará sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir (por exemplo, realização de benfeitorias ou customizações significativas no ativo arrendado).

Notas Explicativas

Solar Bebidas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Estimativas e premissas--Continuação

Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuam cláusulas de opção de renovação ou rescisão (Companhia e suas controladas como arrendatárias) --Continuação

A Companhia e suas controladas incluíram o período de renovação como parte do prazo do arrendamento de instalações e máquinas com um período não cancelável contratual mais curto (os quais variam de três a cinco anos). Historicamente, a Companhia e suas controladas tem exercido a opção de renovação para esses arrendamentos, uma vez que haveria um efeito negativo significativo na produção da Companhia e de suas controladas se um ativo equivalente de reposição não estiver prontamente disponível. Os períodos de renovação de arrendamentos de instalações e máquinas com períodos não canceláveis mais longos (os quais variam de 10 a 15 anos) não são incluídos como parte do prazo do arrendamento, pois esses não são avaliados pela Administração como razoavelmente certos. Além disso, as opções de renovação para locações de veículos não são incluídas como parte do prazo do arrendamento uma vez que a Companhia e suas controladas normalmente os alugam por não mais de cinco anos e, portanto, não exerce nenhuma opção de renovação. Ademais, os períodos cobertos pelas opções de rescisão são incluídos como parte do prazo do arrendamento apenas quando são avaliados como razoavelmente certos de não serem exercidos.

Provisão para perdas esperadas com contas a receber de clientes

A Companhia e suas controladas utilizam uma matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber de clientes. As taxas de provisão aplicadas são baseadas em dias de atraso para agrupamentos de vários segmentos de clientes que apresentam padrões de perda semelhantes (como, por exemplo, por região geográfica, tipo de produto ou tipo de cliente e risco de crédito, entre outras).

A matriz de provisão baseia-se inicialmente nas taxas de perda histórica observadas pela Companhia e suas controladas. A Companhia e suas controladas revisam a matriz de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perda de crédito. Por exemplo, se há expectativa de deterioração de condições econômicas previstas no próximo ano (por exemplo, o produto interno bruto) - o que pode levar a um aumento na inadimplência no setor as taxas de perda históricas são ajustadas. Em todas as datas de relatórios, as taxas de perda histórica observadas são atualizadas e as mudanças nas estimativas prospectivas são analisadas.

A avaliação da correlação entre as taxas de perda histórica observadas, as condições econômicas previstas e as perdas de crédito esperadas são uma estimativa significativa. A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas.

Notas Explicativas

Solar Bebidas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Estimativas e premissas--Continuação

Provisão para perdas esperadas com contas a receber de clientes--Continuação

A experiência histórica de perda de crédito da Companhia e de suas controladas, bem como a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro. As informações sobre as perdas de crédito esperadas sobre as contas a receber de clientes estão divulgadas na Nota 7.

Arrendamentos - Estimativa da taxa de juros incremental

A Companhia e suas controladas não são capazes de determinar prontamente a taxa de juros implícita no arrendamento e, portanto, considera a sua taxa incremental de empréstimos para mensurar o passivo de arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia e suas controladas teriam que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Dessa forma, essa avaliação requer que a Administração considere estimativas quando não há taxas observáveis disponíveis (como por exemplo, subsidiárias que não realizam operações de financiamento) ou quando elas precisam ser ajustadas para refletir os termos e condições de um arrendamento (por exemplo, quando os arrendamentos não estão na moeda funcional de uma subsidiária). A Companhia e suas controladas estimam a taxa incremental usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado) quando disponíveis e considera nesta estimativa aspectos que são específicos da Companhia e de suas controladas (como o rating de crédito da subsidiária).

5. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2021</u>
Caixa	299	8.174
Equivalentes de caixa	-	519.822
	<u>299</u>	<u>527.996</u>

Os equivalentes de caixa correspondem às operações realizadas junto às instituições financeiras que operam no mercado financeiro nacional e possuem baixo risco de crédito, são remuneradas pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), com um percentual médio de 86,9% do CDI em 31 de dezembro de 2021 e possuem liquidez imediata para utilização nas operações da Companhia e de suas controladas. Segue abaixo a composição:

Notas Explicativas**Solar Bebidas S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

5. Caixa e equivalentes de caixa--ContinuaçãoEquivalentes de caixa

	Consolidado
	31/12/2021
CDB	367.039
Debêntures compromissadas	66.028
Outras aplicações	86.755
	519.822

6. Aplicações financeiras

	Consolidado	
	Taxa média (%CDI)	31/12/2021
Circulante		
Fundo de investimentos		
Banco do Brasil	99%	1.752
Bradesco	115%	39.508
Santander	76%	14
		41.274
Não circulante		
Depósitos para reinvestimentos		
Banco do Nordeste	99%	11.046
		11.046

7. Contas a receber de clientes

	Consolidado
	31/12/2021
Partes relacionadas (Nota 10)	334
Contas a receber de clientes.	380.044
	380.378
(-) Ajuste a valor presente	(1.395)
(-) Abatimentos	(11.135)
	367.848
(-) Provisão para perdas esperadas com contas a receber	(9.833)
	358.015

Notas Explicativas

Solar Bebidas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

7. Contas a receber de clientes--Continuação

Em 31 de dezembro de 2021, o vencimento do saldo de contas a receber de clientes por idade de vencimento está demonstrado abaixo:

	Consolidado
	31/12/2021
A vencer	354.825
Vencidos:	
1 a 30 dias	14.167
31 a 60 dias	866
61 a 90 dias	543
91 a 120 dias	67
121 a 150 dias	11
151 a 180 dias	66
	370.545
(-) Ajuste a valor presente	(1.395)
(-) Abatimentos	(11.135)
	358.015

Vide a seguir as movimentações na provisão para perdas esperadas:

	Consolidado
	31/12/2021
Saldo inicial	-
Aporte de controladas	(5.330)
(+) Adições	(11.570)
(-) Baixas	7.067
Saldo final	(9.833)

Em 31 de dezembro de 2021, o prazo médio de recebimento era de 22 dias.

A política de provisão para perdas esperadas com contas a receber considera as perdas esperadas para a determinação do aumento do risco de crédito de acordo com o ciclo operacional e comercial do negócio. O risco de crédito de ativos financeiros aumenta desde o reconhecimento inicial quando os pagamentos contratuais estiverem vencidos há mais de 30 dias. Por conta disso, a Companhia e suas controladas classificaram os títulos vencidos mais antigos em uma matriz de provisão de perdas esperadas que foi definida com base em:

- Taxas de inadimplência históricas sobre a vida esperada do contas a receber;
- Ajuste das estimativas para o futuro “*forward-looking*”, conforme variação prevista nas projeções internas da Companhia e de suas controladas; e
- A classificação das operações de crédito de cliente sendo definida considerando o título que apresentasse maior risco (vencido a maior tempo).

Notas Explicativas

Solar Bebidas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

7. Contas a receber de clientes--Continuação

No caso dos títulos renegociados (confissão de dívida), a provisão será revertida quando do efetivo recebimento do título.

Para determinar a recuperação do contas a receber, a Companhia e suas controladas consideram qualquer mudança na qualidade de crédito do cliente da data em que o crédito foi inicialmente concedido até a data de encerramento do exercício.

8. Estoques

	Consolidado
	31/12/2021
Produtos acabados	108.869
Matéria-prima e embalagem	163.285
Materiais auxiliares	2.754
Mercadorias para revenda	121.358
Almoxarifado	75.194
Almoxarifado marketing	10.598
Estoque de vasilhames	7.391
Produtos em processo	2.599
	492.048
Provisão para perdas de estoques	(39.918)
(-) Ajuste a valor presente (a)	(7.790)
	444.340

(a) O ajuste a valor presente foi calculado com base no giro de estoque de 20 dias em 31 de dezembro de 2021 e foi contabilizado em contrapartida do ajuste realizado no contas a pagar a fornecedores. Quando ocorre a venda do estoque, o mesmo transita para o resultado.

Demonstramos a seguir a movimentação da provisão para perda de estoques:

	Consolidado
	31/12/2021
Saldo inicial	-
Aporte de controladas	(32.232)
(+) Adições	(24.902)
(-) Baixas	17.216
Saldo final	(39.918)

Notas Explicativas**Solar Bebidas S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

9. Impostos a recuperar e obrigações tributárias

	Controladora	Consolidado
	31/12/2021	31/12/2021
Ativo circulante		
ICMS a recuperar	-	16.226
ICMS a recuperar sobre ativo fixo (b)	-	42.863
IPI a recuperar	-	10.080
PIS/COFINS a recuperar (c)	-	114.450
IRPJ/CSLL a recuperar	-	24.650
	-	208.269
Ativo não circulante		
ICMS a recuperar (a)	-	130.631
ICMS a recuperar sobre ativo fixo (b)	-	56.863
IPI a recuperar	-	7.822
PIS/COFINS a recuperar (c)	-	609.846
IRPJ/CSLL a recuperar	-	26.832
	-	831.994
Passivo circulante		
ICMS a recolher	-	68.826
IRRF a recolher	262	3.154
IRPJ/CSLL a recolher	-	10.800
PIS/COFINS a recolher	-	43.385
IPI a recolher	-	6.023
Outros impostos a recolher	153	6.468
	415	138.656

(a) ICMS a recuperar no longo prazo - processos de restituições e ressarcimento em esfera administrativa.

(b) ICMS a recuperar sobre ativo fixo - a utilização do saldo é estimada em até aproximadamente 4 anos, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Apropriação	31/12/2021
Menos de 1 ano	42.863
Entre 1 e 2 anos	31.177
Entre 2 e 3 anos	19.130
Entre 3 e 4 anos	6.556
	99.726

Notas Explicativas

Solar Bebidas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

9. Impostos a recuperar e obrigações tributárias--Continuação

- (c) Trânsito em julgado - Exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS - Ação ordinária distribuída pela Regua em janeiro de 2007.

Em 15 de março de 2017, o Supremo Tribunal Federal (STF) concluiu o julgamento do mérito do Recurso Extraordinário nº 574.706, com efeitos de repercussão geral, no qual foi assegurado aos contribuintes o direito à exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições do PIS e da COFINS.

Dado o longo período envolvido de direito ao crédito e a complexidade que envolve o cálculo, principalmente, para o período anterior ao ano de 2011, que antecede a vigência e obrigatoriedade da Nota Fiscal Eletrônica e Escrituração Fiscal Digital (SPED), a Administração da Companhia e de suas controladas contrataram escritório de advocacia para endereçar as hipóteses de mensuração do direito ao crédito, assim como empresa especializada para apurar os valores envolvidos.

Em julho de 2019, a Regua obteve decisão favorável transitada em julgado em processo no qual discutia o direito à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. O processo foi ajuizado em 2007 e garantiu o direito do reconhecimento do crédito tributário.

Como é de conhecimento público, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, por maioria, em julgamento com repercussão geral no dia 13 de maio de 2021, que o ICMS não compõe a base de cálculo do PIS e do COFINS, sendo a decisão válida a partir de 15 de março de 2017, data em que foi fixada a tese de repercussão geral, quando do julgamento do recurso extraordinário (RE) 574.706, ressalvadas as ações judiciais e administrativa protocoladas até a data da sessão em que for proferido o julgamento. O estabelecido nessa decisão também esclareceu que a tese trata do ICMS destacado em nota fiscal.

O tratamento contábil dispensado por cada entidade, antes da decisão do STF, dependia de uma análise criteriosa da situação específica, levando em consideração a situação processual, o teor da respectiva decisão transitada em julgado e a existência ou não de confiança razoável na mensuração do valor de eventual ativo decorrente do assunto. Porém, com a recente decisão do STF, foram esclarecidas as principais dúvidas que permaneciam em aberto desde 15 de março de 2017, tais como o período de direito ao crédito, assim como a base de cálculo dos valores.

Conforme decisão acima citada, entidades que possuem pedidos administrativos e ações judiciais iniciadas antes de 15 de março de 2017 e que não tiveram o trânsito em julgado têm o direito de excluir o ICMS na base de cálculo do PIS e do COFINS a partir do data do julgamento do STF e aguardam o trânsito em julgado de seu processo de forma consistente com a decisão do STF de maio de 2021, para iniciar os procedimentos para pleitear a compensação ou o ressarcimento dos valores pagos a maior, no período de abrangência de seu processos.

A Norsa e demais controladas possuem ações em julgamento pleiteando créditos a partir de 2002. Essas ações resultaram na contabilização de créditos de PIS e COFINS referentes ao seu respectivo processo judicial, no montante de R\$ 579.904, durante o período corrente. Em setembro de 2021, a Norsa obteve decisão favorável transitada em julgado.

O saldo total dos créditos tributários foi de R\$ 786.466, sendo R\$ 505.697 de principal e R\$ 280.769 de atualização monetária.

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo no ativo é de R\$ 724.296 que será utilizado conforme demonstrado abaixo:

Apropriação	31/12/2021
Em até 1 ano	114.450
Entre 1 e 2 anos	268.103
Entre 2 e 3 anos	238.345
Entre 3 e 5 anos	103.398
	724.296

Notas Explicativas**Solar Bebidas S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

9. Impostos a recuperar e obrigações tributárias--Continuação

- (d) Em 24 de setembro, o Superior Tribunal Federal julgou em decisão plenária, por unanimidade, a não incidência do IR e da CSLL sobre valores relativos à taxa SELIC, recebidos pelo contribuinte em razão de repetição de indébito tributário. Em 05 de agosto de 2021, o Grupo Solar impetrou Mandado de Segurança Cível objetivando o reconhecimento do direito à não incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores decorrentes de atualização monetária e juros de mora, dentre eles a SELIC, calculados sobre créditos fiscais em razão de repetição de indébito tributário, concentrados nos processos comentados no item (b) acima, cujo valor estimado e não registrado é de R\$ 98.214. A Companhia aguarda o trânsito em julgado do seu processo para efetiva compensação fiscal dos valores.

10. Partes relacionadas

As tabelas a seguir apresentam os saldos em aberto, bem como o valor total das transações realizadas com partes relacionadas nos períodos findos naquelas datas.

	Controladora		
	Ativo	Passivo	Resultado
Norsa Refrigerantes S.A. (a)			
Reembolsos de despesas	12.257	-	14.008
	12.257	-	14.008
Refrescos Guararapes Ltda. (a)			
Reembolsos de despesas	1.730	-	3.151
	1.730	-	3.151
Solar.BR Participações S.A.			
Reembolsos de despesas	-	129	-
	-	129	-
Circulante	13.987	129	17.159
	Consolidado		
	Ativo	Passivo	Resultado
Recofarma Indústria do Amazonas Ltda. (b)			
Compra de insumo	-	81.851	(528.076)
Investimentos de mercado	3.921	14.433	29.351
	3.921	96.284	(498.725)
Leão Alimentos e Bebidas Ltda. (c)			
Compra de produtos de revenda	-	8.541	(82.038)
	-	8.541	(82.038)
Crystal Águas do Nordeste Ltda. (d)			
Compra de produtos de revenda	-	33.353	(177.552)
Venda de insumos de insumo	334	-	7.778
Reembolsos de despesas	-	-	18.669
Arrendamento	-	19.788	(2.216)
	334	53.141	(153.321)
Solar.BR Participações S.A. (e)			
Reembolsos de despesas	174	129	(40.330)
	174	129	(40.330)
Circulante	4.429	158.095	(774.414)

Notas Explicativas

Solar Bebidas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

10. Partes relacionadas--Continuação

Termos e condições de transações com partes relacionadas

As vendas e compras envolvendo partes relacionadas são efetuadas a preços contratados entre as partes.

- (a) *Norsa Refrigerantes S.A. e Refrescos Guararapes Ltda.*: Empresas controladas pela Companhia, para pleno desempenho de suas atividades mercantis, que compartilham de uma mesma estrutura administrativa/comercial, denominada de Escritório central e corporativo, gerenciado e mantido pela Companhia, que repassa mensalmente estes títulos de despesas através de rateio. As despesas não se limitam à estrutura mencionada acima de gastos com pessoal e seus respectivos reflexos, mas também, aluguéis, materiais e manutenção de bens e equipamentos, serviços terceirizados, auditorias, consultorias e outras despesas necessários para manutenção do escritório.
- (b) *Recofarma Indústria do Amazonas Ltda.*: é uma empresa do grupo “*The Coca-Cola Company*” que produz e vende os concentrados para a elaboração das bebidas do portfólio da Coca-Cola. Em 31 de dezembro de 2021, a Recofarma possui indiretamente, por intermédio da MAA investimentos, 34% de participação do capital social da controladora da Companhia. Fornecedor exclusivo do principal insumo da companhia e de suas controladas, qual seja o concentrado, matéria-prima para fabricação de refrigerantes e outras bebidas. O prazo de pagamento vigente é de 30 dias. Adicionalmente dentro do plano anual de negócios a Companhia alinhou com a Recofarma planos estratégicos no sentido de desenvolver pontos de venda com a colocação de geladeiras (multimarcas) e investimentos em grandes clientes “*Key accounts*” nacionais, na qual a Recofarma negocia nacionalmente as condições contratuais e efetua o pagamento de forma centralizada, cobrando posteriormente a parcela relativa à participação dos Fabricantes de acordo com seus respectivos territórios.
- (c) *Leão Alimentos e Bebidas Ltda.*: é uma empresa da Norsa junto com Recofarma e as demais engarrafadoras do sistema Coca Cola Brasil. É um dos principais fornecedores dos produtos não carbonatados (sucos, chás e refrescos) para revenda. O prazo de pagamento vigente é de 44 dias.
- (d) *Crystal Águas do Nordeste Ltda.*: Empresa entre a Norsa e a MAA investimentos. Fabricante de águas envasadas. Refere-se a transações de compra e venda de Insumos (concentrado de sucos) e produtos acabados com a parte relacionada acima. Adicionalmente ocorre o reembolso de despesas da operação com os produtos águas minerais e refrescos através de rateio e a locação de uma linha produção em Maceió/AL para produção de Kapo. Em dezembro de 2021 houve a migração da produção de kapo para Norsa Refrigerantes Ltda. O prazo de pagamento vigente é de 30 dias.

Notas Explicativas

Solar Bebidas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

10. Partes relacionadas--Continuação

Termos e condições de transações com partes relacionadas--Continuação

- (e) *Solar.BR Participações S.A.*: Holding coligada da Companhia e possuía controle direto das controladas da Companhia antes de 30 de março de 2021. As empresas coligadas, para pleno desempenho de suas atividades mercantis, compartilharão de uma mesma estrutura administrativa/comercial, denominada de Escritório central e corporativo (contábil, fiscal, administrativo, jurídico, financeiro, recursos humanos, logística, comercial e industrial), gerenciado e mantido pela Solar.BR, que repassa mensalmente essas despesas para as empresas operacionais. As despesas não se limitam à estrutura mencionada acima de gastos com pessoal e seus respectivos reflexos, mas também, aluguéis, materiais e manutenção de bens e equipamentos, serviços terceirizados, auditorias, consultorias e outras despesas necessários para manutenção do escritório.

Remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia

i) *Remuneração dos administradores*

A remuneração dos administradores e do Conselho de Administração da Companhia e de suas controladas totalizaram R\$10.604 no período de 2 de março de 2021 a 31 de dezembro de 2021.

Plano de remuneração baseado em ações virtuais dos administradores

Em outubro de 2015, a Solar.Br, controladora direta da Companhia, introduziu um programa de incentivo de longo prazo em benefício de determinados executivos da Solar.Br e de suas controladas, incluindo executivos hoje vinculados à Companhia ("Beneficiários"), por meio do qual a Solar.Br concedeu ações virtuais "*Phantom Shares*" aos Beneficiários ("Programa de ILP Controladora"). Após período de 3 anos contados da data de sua outorga e mais 2 anos de carência "*lock-up*", o titular de tais "*Phantom Shares*" tem direito a uma remuneração variável em dinheiro, cujo valor é definido em função do desempenho operacional da Companhia no período bem como da evolução do valor para a Companhia.

Anualmente, o Conselho de Administração da Solar.Br estabelece indicadores de desempenho no âmbito corporativo (condição de aquisição) que, se atingidos, configuram, após a auditoria das demonstrações financeiras da Solar.Br o direito à outorga de "*Phantom Shares*" aos Beneficiários.

Condições para período: o regulamento das "*Phantom Shares*" determina que terão direito à outorga e período das "*Phantom Shares*" os Beneficiários que atingirem as metas de desempenho.

Notas Explicativas

Solar Bebidas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

10. Partes relacionadas--Continuação

Plano de remuneração baseado em ações virtuais dos administradores--Continuação

O regulamento prevê as seguintes condições adicionais para período das “*Phantom Shares*”:

- (i) No caso de desligamento por justa causa o beneficiário perderá automaticamente qualquer direito de exercer as “*Phantom Shares*” que lhe foram outorgadas, sem indenização;
- (ii) Na hipótese de desligamento sem justa causa o direito antecipado ao resgate das “*Phantom Shares*” será analisado pelo Conselho de Administração da Solar.Br;
- (iii) Na hipótese de aposentadoria ou falecimento do beneficiário, será antecipado o vencimento dos prazos previstos para período das “*Phantom Shares*”, sendo conferido o direito de exercer imediatamente a totalidade das “*Phantom Shares*” (no caso de falecimento, pelos familiares do beneficiário).
- (iv) Na ausência de desligamento, as condições de aquisição das “*Phantom Shares*” são consideradas plenamente satisfeitas, permitindo-se assim que o beneficiário exerça suas phantom shares nos termos definidos pelo regulamento.

Na data da outorga este valor é convertido em phantom shares e podem ser resgatados pelos associados a partir do 6º ano subsequente ao início do ciclo de metas. O resgate pelo associado pode ser realizado até o 10º ano seguinte ao início do ciclo de metas.

Como a liquidação ocorre com ativos monetários o plano é considerado como remuneração de empregados e não como benefício baseado em ações e, desta forma, é registrado como passivo contra o resultado do exercício.

Em 31 de dezembro de 2021, o valor do passivo era de R\$ 24.801 registrado em obrigações trabalhistas e previdenciárias. As despesas com as “*Phantom Shares*” para o período de 2 de março de 2021 a 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 8.840.

11. Conta vinculada e obrigações com antigos acionistas

Conta vinculada

	Consolidado
	31/12/2021
Conta garantida com o Grupo Lago (i)	806
Conta garantida com o Grupo Vieira (ii)	26.386
	27.192

Notas Explicativas**Solar Bebidas S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

11. Conta vinculada e obrigações com antigos acionistas--ContinuaçãoObrigações com antigos acionistas

	Consolidado
	31/12/2021
Grupo Lago (i)	806
Grupo Vieira (ii)	26.386
	27.192

- (i) Em 31 de dezembro de 2021, a Norsa possuía R\$ 806 referente à conta vinculada (Escrow) contratada junto ao Banco Citibank S.A. (depositário), quando da aquisição do controle acionário da CMR em maio de 2006, junto ao antigo controlador. A expectativa de liquidação destes valores ou sua liberação vai depender dos prazos prescricionais dos processos.
- (ii) Em 3 de dezembro de 2021, a Norsa possuía R\$ 26.386 aplicados em CDB e fundos de investimento no Banco Bradesco referente à conta vinculada (Escrow) contratada quando da aquisição do controle acionário da CBA em junho de 2011. A expectativa de liquidação destes valores ou sua liberação ao antigo acionista se dará a depender dos prazos prescricionais dos processos.

Esses valores servem para garantir processos cíveis, tributários, trabalhistas e outras contingências de responsabilidade dos antigos acionistas, que porventura venham a surgir contra a Companhia e suas controladas.

Solar Bebidas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

12. Investimentos

a) Composição dos investimentos

Controladora								
Em 31 de dezembro de 2021								
	Participação %	Patrimônio líquido	Investimento	Ágio	Total de investimento	Resultado do exercício	Lucro nos estoques	Resultado da equivalência Patrimonial
Norsa Refrigerantes S.A.	84,08%	2.459.494	2.067.944	160.305	2.228.249	937.766	-	788.473
Refrescos Guararapes Ltda.	100,00%	410.269	408.348	30.353	438.701	197.372	1.902	199.274
		2.869.763	2.476.292	190.658	2.666.950	1.135.138	1.902	987.747

Consolidado								
Em 31 de dezembro de 2021								
	Participação %	Patrimônio líquido	Investimento	Ágio	Provisão perda de investimento	Total de investimento	Resultado do exercício	Resultado da equivalência patrimonial
Leão Alimentos e Bebidas Ltda.	7,05%	652.367	45.994	15.071	(8.608)	52.457	14.929	1.053
Crystal Águas do Nordeste Ltda.	50,00%	117.879	58.939	-	-	58.939	7.863	3.931
Trop Frutas do Brasil Ltda.	5,81%	141.921	8.247	-	-	8.247	(245.080)	(14.239)
Solar Energia Ltda.	100%	1.000	-	-	-	-	-	-
UBI3 Participações Ltda.	11,00%	-	1	-	-	1	-	-
		913.167	113.181	15.071	(8.608)	119.644	(222.288)	(9.255)

Solar Bebidas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

12. Investimentos--Continuação

b) Movimentações dos investimentos

	Controladora			Consolidado				
	Norsa	Regua	Total	Leão	Crystal	Trop Frutas	UBI3	Total
Aporte da Norsa e Regua	1.635.490	259.873	1.895.363	55.292	55.008	22.486	19.913	152.699
Ajuste de avaliação patrimonial	15.075	2.854	17.929	(361)	-	-	-	(361)
Redução de capital	-	-	-	(3.527)	-	-	-	(3.527)
Distribuição de dividendos	(208.712)	(23.300)	(232.012)	-	-	-	-	-
Dividendos a receber	(2.077)	-	(2.077)	-	-	-	-	-
Equivalência patrimonial	788.473	199.274	987.747	1.053	3.931	(14.239)	-	(9.255)
Outros	-	-	-	-	-	-	(19.912)	(19.912)
Em 31 de dezembro de 2021	2.228.249	438.701	2.666.950	52.457	58.939	8.247	1	119.644

Solar Bebidas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

13. Imobilizado

a) Composição do imobilizado (Consolidado)

Consolidado				
31/12/2021				
	Taxas médias ponderadas de depreciação (a.a.)	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Terrenos	-	88.139	-	88.139
Benfeitorias em imóveis de terceiros	3,7%	27.954	(11.200)	16.754
Edificações	3,7%	618.434	(223.084)	395.350
Máquinas e equipamentos	6,7%	1.170.156	(666.862)	503.294
Móveis e utensílios	10,0%	36.802	(25.898)	10.904
Garrafas e embalagens	20,0%	706.239	(603.756)	102.483
Geladeiras	10,0% e 20,0%	457.131	(303.828)	153.303
Computadores e periféricos	20,0%	53.681	(42.591)	11.090
Veículos	10,0% e 20,0%	215.036	(107.063)	107.973
Instalações	5,0%	274.840	(98.390)	176.450
Outras imobilizações	5,0% e 20,0%	34.879	(3.925)	30.954
Imobilizado em andamento	-	167.094	-	167.094
Provisão para perdas	-	(29.272)	-	(29.272)
		3.821.113	(2.086.597)	1.734.516

Solar Bebidas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

13. Imobilizado--Continuação

b) Movimentação do imobilizado (Consolidado)

	Consolidado						31/12/2021
	Aporte de controladas	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	Outros	
Terrenos	86.225	1.914	-	-	-	-	88.139
Benfeitorias em imóveis de terceiros	16.651	297	(9)	(709)	524	-	16.754
Edificações	396.804	11.426	(74)	(16.111)	3.305	-	395.350
Máquinas e equipamentos	497.157	63.067	(1.827)	(52.558)	(2.545)	-	503.294
Móveis e utensílios	11.756	926	(5)	(1.875)	102	-	10.904
Garrafas e embalagens	106.282	41.360	22	(45.181)	-	-	102.483
Geladeiras	140.493	56.948	(3.159)	(41.109)	130	-	153.303
Computadores e periféricos	9.387	4.463	(123)	(3.503)	28	838	11.090
Veículos	88.862	33.080	(3.426)	(10.543)	-	-	107.973
Instalações	171.034	12.630	(63)	(10.901)	3.750	-	176.450
Outras imobilizações	35.274	563	(929)	(1.808)	(2.146)	-	30.954
Imobilizado em andamento	56.634	113.608	-	-	(3.148)	-	167.094
Provisão para perdas	(17.430)	-	-	-	-	(11.842)	(29.272)
	1.599.129	340.282	(9.593)	(184.298)	-	(11.004)	1.734.516

Notas Explicativas**Solar Bebidas S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

13. Imobilizado--Continuação**b) Movimentação do imobilizado (Consolidado)--Continuação***Garantias*

A Companhia não possui imobilizados em garantias nos empréstimos e financiamentos vigentes.

Imobilizado em andamento

O saldo do imobilizado em andamento refere-se a máquinas e equipamentos e obras civis que entrarão em uso no período seguinte.

Custos de empréstimos capitalizados

Não houve custos de empréstimos capitalizados no período de 2 de março de 2021 a 31 de dezembro de 2021.

Provisão para redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

A Companhia e suas controladas analisam periodicamente a possibilidade de existência de indicadores de que determinados ativos poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável. O ativo imobilizado da Companhia e de suas controladas, após análise interna da Administração, não apresentou indícios de perda, desvalorização ou dano fixo que pudesse comprometer o fluxo de caixa futuro da Companhia e de suas controladas.

14. Direito de uso e passivo de arrendamento**a) Direito de uso (Consolidado)**

	Frotas	Imóveis	Máquinas e equipamentos	Total
Taxa média de amortização (a.a.)	17% a 100%	11% a 33%	10% a 50%	
Aporte de controladas	38.742	7.469	19.437	65.648
Aquisições	1.535	11.481	-	13.016
Atualização	1.133	144	1.970	3.247
Depreciação	(11.295)	(3.737)	(1.666)	(16.698)
Outros	205	5.257	-	5.462
Saldos em 31 de dezembro de 2021	30.320	20.614	19.741	70.675

Notas Explicativas**Solar Bebidas S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

14. Direito de uso e passivo de arrendamento--Continuação**b) Passivo de arrendamento (Consolidado)**

		Frotas	Imóveis	Máquinas e equipamentos	Total
Taxa incremental de empréstimo (média ponderada) (a.a.)		7,76%	8,56%	7,01%	
Aporte de controladas		39.856	7.900	20.136	67.892
	Circulante	11.723	2.204	2.713	16.640
	Não circulante	28.133	5.696	17.423	51.252
Adições		1.535	11.481	-	13.016
Atualização		1.133	144	1.971	3.248
Juros apropriados		1.622	1.312	958	3.892
Pagamentos principal		(10.953)	(3.348)	(1.340)	(15.641)
Pagamentos de juros		(1.622)	(1.312)	(958)	(3.892)
Outros		216	5.707	-	5.923
		31.787	21.884	20.767	74.438
	Circulante	10.393	4.695	2.931	18.019
Saldos em 31 de dezembro de 2021	Não circulante	21.394	17.189	17.836	56.419

c) Cronograma de vencimentos do passivo de arrendamento

Vencimentos	31/12/2021
Menos de 1 ano	23.709
Entre 1 e 2 anos	20.535
Entre 2 e 5 anos	34.570
Acima de 5 anos	11.229
Valores não descontados	90.043
Ajuste a valor presente	(15.605)
Total do passivo de arrendamento	74.438

d) Crédito de PIS e COFINS potencial

A Companhia e suas controladas possuem direito a crédito de PIS e COFINS nos contratos de aluguel na ocorrência de seus pagamentos. Apresentamos abaixo os valores potenciais desses impostos, considerando o saldo dos contratos e o seu ajuste a valor presente.

Parte dos contratos de arrendamento de imóveis da Companhia e de suas controladas não geram direito a créditos de PIS e COFINS, pois são firmados com arrendadores pessoas físicas, logo o crédito é vedado pela legislação tributária.

Notas Explicativas**Solar Bebidas S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

14. Direito de uso e passivo de arrendamento--Continuação**d) Crédito de PIS e COFINS potencial--Continuação**

	31/12/2021	
	Fluxo nominal	Valor presente
Contraprestação do arrendamento	88.939	74.438
PIS e COFINS potencial (9,25%)	8.227	6.886

Em conformidade com o OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/Nº02/2019, a Companhia e suas controladas adotaram como política contábil os requisitos do CPC06 (R2) na mensuração e remensuração do seu direito de uso, procedendo o uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação.

Para resguardar a representação fidedigna da informação frente aos requerimentos do CPC06 (R2) e para atender as orientações das áreas técnicas da CVM, são fornecidos os saldos passivos sem inflação, efetivamente contabilizado (fluxo real x taxa nominal), e a estimativa dos saldos inflacionados nos períodos de comparação (fluxo nominal x taxa nominal).

	<u>31/12/2021</u>
<u>Fluxo real</u>	
Direito de uso	102.838
(-) Depreciação acumulada	(32.163)
	<u>70.675</u>
Passivo de arrendamento	90.043
(-) Ajuste a valor presente	(15.605)
	<u>74.438</u>
<u>Fluxo nominal</u>	
Direito de uso	111.671
(-) Depreciação acumulada	(36.941)
	<u>74.730</u>
Passivo de arrendamento	88.939
(-) Ajuste a valor presente	(7.513)
	<u>81.426</u>

Notas Explicativas**Solar Bebidas S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

14. Direito de uso e passivo de arrendamento--Continuação**d) Crédito de PIS e COFINS potencial--Continuação**

Demais premissas, como o cronograma de vencimento das obrigações e taxas de juros utilizadas no cálculo estão divulgadas em outros itens desta mesma nota explicativa, assim como os índices de inflação são observáveis no mercado, de forma que os fluxos nominais possam ser elaborados pelos usuários das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

e) Provisão para redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

A Companhia e suas controladas analisam periodicamente a possibilidade de existência de indicadores de que determinados ativos de direito de uso poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável. O ativo de direito de uso da Companhia e de suas controladas, após análise interna da Administração, não apresentou indício de perda, desvalorização ou dano fixo que pudesse comprometer o fluxo de caixa futuro da Companhia e de suas controladas.

15. Intangível**a) Composição do intangível (Consolidado)**

	31/12/2021		
	Taxas médias ponderadas de amortização (a.a.)	Custo	Amortização acumulada
Ágio na aquisição de investimentos	-	910.044	-
Direito de uso de marca	10%	9.149	(1.288)
Softwares e sistemas informatizados	20%	164.759	(126.777)
Softwares em desenvolvimento	-	5.050	-
		1.089.002	(128.065)
			960.937

b) Movimentação do intangível (Consolidado)

	Aporte de controladas	Adições	Transferências	Amortização	Outros	31/12/2021
Ágio na aquisição de investimentos	890.179	-	-	-	19.865	910.044
Direito de uso de marca	1.845	7.305	(784)	(505)	-	7.861
Softwares e sistemas informatizados	30.558	14.032	6.119	(11.971)	(756)	37.982
Softwares em desenvolvimento	7.946	2.474	(5.335)	-	(35)	5.050
	930.528	23.811	-	(12.476)	19.074	960.937

Notas Explicativas

Solar Bebidas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

15. Intangível--Continuação

c) Teste de redução ao valor recuperável do ágio

A Companhia avaliou com base em 31 de dezembro de 2021 a recuperação do valor contábil do ágio, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado alocado à unidade geradora de caixa que deu origem ao respectivo ágio. O valor recuperável da unidade geradora de caixa foi de R\$ 9.337.348 em 31 de dezembro de 2021, e o valor contábil da unidade geradora de caixa era de R\$ 2.176.233 em 31 de dezembro de 2021.

O valor recuperável da unidade geradora de caixa foi determinado por meio de cálculo baseado no valor em uso a partir de projeções de fluxo de caixa aprovadas pela administração do Grupo Solar ao longo de cinco anos, mais perpetuidade. O fluxo de caixa projetado foi sensibilizado com as melhores estimativas de volume, baseada nas previsões de crescimento da economia da região, na participação de mercado do Grupo Solar e na tendência do consumo de bebidas. No longo prazo, estes itens foram ajustados em consonância com a inflação projetada e crescimento do PIB da região.

No que se refere às despesas operacionais, estas foram divididas em fixas e variáveis, em que as primeiras foram objetos de variação pela inflação projetada enquanto as variáveis sofrem o efeito da inflação e variação de volume. Em 31 de dezembro de 2021, a taxa de desconto antes dos impostos aplicada a projeções de fluxo de caixa é de 13,60% e os fluxos de caixa que excedem o período de cinco anos são extrapolados utilizando uma taxa de crescimento de 3,25%, considerando IPCA e uma taxa de crescimento real. Como resultado dessa análise, não foi identificado perda por redução ao valor recuperável.

d) Principais premissas utilizadas em cálculos com base no valor em uso

O cálculo do valor em uso tanto para a unidade geradora de caixa é mais sensível às seguintes premissas:

Receita de vendas - Previsão dos reajustes dos preços das mercadorias vendidas ocorrem em linha com a estimativa da inflação geral. As premissas adotadas nos testes de redução ao valor recuperável estão de acordo com as projeções internas para o período de 5 anos, após esse período aplica-se a extrapolação de perpetuidade de 3,25%, em modelo nominal.

Margens brutas - As margens brutas são calculadas com base no planejamento do Grupo Solar. Essas margens possuem suave crescimento devido ao ganho de eficiência, que é parcialmente compensado por pressões de custos provenientes de commodities, fator cambial e aumento de tributos.

Notas Explicativas

Solar Bebidas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

15. Intangível--Continuação

d) Principais premissas utilizadas em cálculos com base no valor em uso--Continuação

Inflação de preços de matérias-primas - As estimativas são obtidas a partir de índices publicados para os países que fornecem as matérias-primas, bem como dados relativos às commodities em específico. Os valores estimados são utilizados se os dados estiverem publicamente disponíveis (principalmente para o Brasil e os Estados Unidos).

Premissas de participação no mercado - Essas premissas são importantes, uma vez que, além de utilizar dados do segmento para taxas de crescimento, possibilitam que a Administração avalie a posição de mercado da unidade em relação aos seus concorrentes e o reflexo disso no plano financeiro. Estima-se que a participação do Grupo Solar no mercado de bebidas não alcoólicas tenha crescimento ao longo do período orçamentário.

e) Estimativas de taxas de crescimento

As taxas são baseadas em pesquisas e estudos publicados sobre o setor.

f) Sensibilidade a mudanças nas premissas

No que se refere à avaliação do valor em uso da referida unidade geradora de caixa, estima-se que nenhuma mudança razoavelmente possível em qualquer uma das principais premissas acima mencionada levaria o valor contábil da unidade a exceder seu montante recuperável.

O Grupo Solar realizou a análise de sensibilidade para da sua unidade geradora de caixa e concluiu que não resultaria no reconhecimento de redução do valor recuperável do ágio. As análises foram consideradas:

- Aumento na taxa de desconto antes de tributo (WACC) para 14,3% em 2021; e
- Redução na Taxa de Crescimento Perpétuo para 3,09% em 2021.

16. Fornecedores

	Controladora	Consolidado
	31/12/2021	31/12/2021
Partes relacionadas (Nota 10)	129	138.307
Fornecedores nacionais	2.116	735.546
Ajuste a valor presente	2	(8.818)
	2.247	865.035

Notas Explicativas**Solar Bebidas S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

17. Fornecedores - risco sacado

	<u>Consolidado</u>
	<u>31/12/2021</u>
Fornecedores - risco sacado	254.677
Ajuste a valor presente	(3.749)
	<u>250.928</u>

As operações de risco sacado da Companhia e de suas controladas não modificam de forma relevante as condições de compras (pagamentos, preços e prazos negociados) com os fornecedores, permanecendo como usualmente praticado no mercado. Essas operações possibilitam aos fornecedores melhor gerenciamento de suas necessidades de fluxo de caixa, em detrimento de maior intensificação das relações comerciais com a Companhia. Além disso, nestas transações não há nenhuma obrigação que gere despesa para a Companhia e suas controladas ou ganho de juros compartilhado com a instituição financeira.

18. Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Taxas médias ponderadas	<u>Consolidado</u>
		<u>31/12/2021</u>
Circulante		
Banco do Nordeste S.A - FNE (a)	3,27% a.a.	5.007
FINAME/BNDES (a)	5,21% a.a.	13.515
Certificados de Recebíveis do Agronegócio – CRA (b)	Juros de 96% do CDI	668.450
Capital de giro (d)	5,42 a 5,61 a.a. e juros 145% do CDI	<u>24.550</u>
		711.522
Não circulante		
Banco do Nordeste S.A - FNE (a)	3,27% a.a.	10.452
FINAME/BNDES (a)	5,21% a.a.	15.624
Capital de giro (d)	5,42 a 5,61 a.a. e juros 145% do CDI	<u>110.000</u>
		136.076
Total de empréstimos e financiamentos		<u>847.598</u>

- (a) O FNE é garantido por fiança bancária, conta reserva com valor equivalente a três parcelas do financiamento e aval do controlador; já o FINAME é garantido por alienação fiduciária e aval cruzado.
- (b) No CRA as garantias são asseguradas através de aval da controladora da Companhia, a Solar.BR Participações S.A., sendo a remuneração sobre o valor nominal unitário do saldo devedor. A liquidação da operação ocorrerá em setembro de 2022.
- (c) A Companhia e suas controladas possuem capitais de giro em moeda estrangeira, com o objetivo de proteger a exposição cambial dessas operações contratou "swaps" com mesmos prazos, taxas e valores. A mensuração desses passivos pelo seu valor justo ao resultado evitando descasamento contábil. Maiores detalhes estão divulgados na Nota 21.

Notas Explicativas**Solar Bebidas S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

18. Empréstimos e financiamentos--Continuação

A movimentação de empréstimos e financiamentos está demonstrada abaixo:

	31/12/2021
Aporte de controladas	917.876
Juros apropriados	34.891
Variação cambial	(74)
Amortização de principal	(87.136)
Juros pagos	(20.222)
Despesa de captação	2.263
Saldo final	847.598

Os empréstimos e financiamentos têm o seguinte cronograma de vencimentos:

Vencimentos	31/12/2021
Menos de 1 ano	711.522
Entre 1 e 2 anos	126.762
Entre 2 e 3 anos	8.389
Entre 3 e 5 anos	925
	847.598

Cláusulas restritivas

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e suas controladas efetuaram a análise de cláusulas restritivas e não possui conhecimento de fatos ou circunstâncias que indicassem situação de não cumprimento ou desconformidade. As cláusulas restritivas dos empréstimos e financiamentos estão, principalmente, relacionadas à inadimplência, medidas judiciais ou extrajudiciais que comprometam a capacidade de pagamento, insolvência e comprometimento de garantias oferecidas.

Garantias

	31/12/2021
Aval	803.000
Fiança bancária	44.598
	847.598

Notas Explicativas

Solar Bebidas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

19. Debêntures

Em 28 de junho de 2019, foi assinada a escritura de emissão de debêntures (2ª emissão) junto ao Banco Votorantim, no montante de R\$250.000 emitida em duas séries, sendo a 1ª série de R\$139.000 e a 2ª série de R\$111.000, conforme demonstrado abaixo:

Entidades financiadoras	Data de emissão	Data de Vencimento	Tipo de emissão	Valor total na data da emissão	Encargos financeiros anuais	Taxa efetiva	Consolidado 31/12/2021
Circulante							
Banco Votorantim	28/06/2019	28/06/2022	Simples	139.000	105,15% CDI	9,62%	67.479
							67.479
Não circulante							
Banco Votorantim	28/06/2019	28/06/2022	Simples	139.000	105,15% CDI	9,62%	27.800
Banco Votorantim	28/06/2019	28/06/2022	Simples	111.000	108,00% CDI	9,88%	55.276
							83.076
Total de debêntures							150.555

A movimentação de debêntures está demonstrada abaixo:

	31/12/2021
Aporte de controladas	201.516
Juros apropriados	7.425
Amortização de principal	(55.600)
Juros pagos	(2.867)
Despesa de captação	81
Saldo final	150.555

As debêntures têm o seguinte cronograma de vencimentos:

Vencimentos	31/12/2021
Menos de 1 ano	67.479
Entre 1 e 2 anos	55.500
Entre 2 e 3 anos	27.576
	150.555

Limites e índices financeiros: o índice financeiro que mede a relação entre a dívida líquida consolidada e o EBITDA ajustado, nos últimos 12 meses devidamente apresentado pela Companhia, deverá ser menor que 3,5, conforme índice exigido em contrato. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentou o índice de 0,52.

Remuneração: A emissão de debêntures em 2019 ocorreu em duas séries, sendo a remuneração da 1ª série de 105,15% e da 2ª série 108% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 (dias úteis, calculadas e divulgadas pela CETIP ("Taxa DI").

Notas Explicativas**Solar Bebidas S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

19. Debêntures--ContinuaçãoGarantias

	<u>31/12/2021</u>
Aval	<u>150.555</u>
	<u>150.555</u>

20. Obrigações trabalhistas e previdenciárias

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2021</u>
Salários a pagar	-	5.729
Benefícios a pagar	3	5.606
Encargos a pagar	144	16.876
Férias e encargos sobre férias a pagar	1.022	58.415
Prêmio por desempenho a pagar	10.536	71.544
Outros	-	71
	<u>11.705</u>	<u>158.241</u>

21. Instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas classificam seus ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias, dependendo da finalidade para a qual foram adquiridos ou contratados: (i) mensurados ao custo amortizado, (ii) ao valor justo por meio do resultado e (iii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Os passivos financeiros não derivativos são mensurados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros, quando aplicável.

Os instrumentos financeiros derivativos são mensurados ao valor justo e são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo dos derivativos durante o período são registrados diretamente na demonstração do resultado, exceto quando qualificados como hedge de fluxo de caixa, em que são reconhecidos no patrimônio líquido como outros resultados abrangentes e, no momento de sua liquidação, os ganhos e perdas acumulados são ajustados no item objeto de hedge, sensibilizando o resultado no momento da realização do item protegido.

Os instrumentos financeiros ativos são representados principalmente por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, conta vinculada, contas a receber de clientes, instrumentos financeiros derivativos e saldos a receber de partes relacionadas. E os instrumentos financeiros passivos são representados principalmente por empréstimos e financiamentos, debêntures, subvenções governamentais, instrumentos financeiros derivativos, passivo de arrendamento, fornecedores, fornecedores - risco sacado.

Notas Explicativas

Solar Bebidas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

21. Instrumentos financeiros--Continuação

A administração desses instrumentos se dá por meio de estratégias operacionais, visando garantir liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado.

21.1. Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros

		Consolidado	
	Níveis	Saldo contábil 31/12/2021	Valor justo 31/12/2021
Ativos financeiros			
Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado			
		527.996	527.996
		358.015	358.015
		4.095	4.095
		27.192	27.192
		917.298	917.298
Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado			
	2	52.320	52.320
		52.320	52.320
Instrumentos financeiros derivativos por meio de outros resultados abrangentes			
	2	44.956	44.956
	2	6.209	6.209
	2	1.296	1.296
	2	24	24
		52.485	52.485
Passivos financeiros			
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado			
		865.035	865.035
		250.928	250.928
		847.598	861.734
		150.555	153.127
		35.486	35.486
		74.438	74.438
		2.224.040	2.240.748
Instrumentos financeiros derivativos por meio de outros resultados abrangentes			
	2	3.112	3.112
	2	1.559	1.559
	2	47	47
		4.718	4.718

21.2. Valor justo

O valor justo dos ativos e passivos financeiros, consideram os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

- Caixa e equivalentes de caixa, conta-vinculada, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores, fornecedores – risco sacado, contas a receber e a pagar a partes relacionadas se aproximam de seu respectivo valor contábil devido ao prazo e natureza do ativo.

Notas Explicativas

Solar Bebidas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

21. Instrumentos financeiros--Continuação

21.2. Valor justo--Continuação

- Aplicações financeiras estão apresentadas ao seu valor justo corrigidos pelos indicadores vigentes em cada aplicação.
- O valor justo dos empréstimos e financiamentos atrelados à CDI e taxas-pré foi determinado pelos fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa média das operações vigentes, apresentando 5,50% a.a. No caso das debêntures, atrelados à CDI foi determinado pelos fluxos de caixa futuros descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras, apresentando 9,67% a.a.

A Companhia e suas controladas contratam instrumentos financeiros derivativos junto a algumas contrapartes, sobretudo instituições financeiras com classificações de crédito de grau de investimento. Tais derivativos são avaliados com base em mensuração técnica, bem como, com base em dados observáveis no mercado e referem-se, principalmente, a contratos a termo. As técnicas de avaliação aplicadas com maior frequência incluem modelos de precificação de contratos a termo, opções e “*swaps*”, com cálculos a valor presente. Os modelos incorporam diversos dados, inclusive a qualidade de crédito das contrapartes, as taxas de câmbio à vista e a termo, curvas das taxas de juros e curvas da taxa a termo da “*commodity*” objeto.

21.3. Operações com derivativos

Risco em moeda estrangeira

A política de gestão de risco da Companhia e de suas controladas é efetuar hedge da sua exposição em moeda estrangeira para empréstimos e financiamentos, contratando “*swaps*” de fluxo de caixa onde na ponta passiva está moeda nacional indexado a CDI e na ponta ativa moeda estrangeira e custo do contrato, tais contratos são designados como hedge de fluxo de caixa.

A Companhia e suas controladas determinam a existência de relação econômica entre o instrumento de hedge e o item protegido com base na moeda, no valor e no momento dos respectivos fluxos de caixa, avaliando as mudanças no fluxo de caixa do item protegido possam ser compensadas pelas variações do fluxo de caixa do derivativo de hedge. O método utilizado é o critério dos termos críticos - método prospectivo. O teste de efetividade é feito no momento inicial da contabilização, constatando se todos os termos do derivativo estão alinhados com os termos do objeto de hedge, em relação a prazos, amortizações, “*notional*” contratado, e pagamento de juros, garantindo a efetividade do fluxo de caixa em 100%.

Notas Explicativas

Solar Bebidas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

21. Instrumentos financeiros--Continuação

21.3. Operações com derivativos--Continuação

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e suas controladas possuem 1 contrato de “*swap*” ativo referente às operações em moeda estrangeira com o Banco Bradesco totalizando R\$ 23 registrado no ativo circulante e R\$ 48 registrado no passivo circulante. Os saldos dos contratos de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira com o Banco Bradesco era R\$ 5.227.

21.4. Gerenciamento de riscos financeiros

A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de mercado (taxa de juros, câmbio e preço de *commodities*), risco de crédito e risco de liquidez.

A gestão destes riscos é supervisionada pela Companhia e suas controladas de acordo com a estrutura de governança apropriada para que as atividades, que resultem em riscos financeiros da Companhia e de suas controladas, sejam regidas por práticas e procedimentos apropriados.

i) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de crédito em suas atividades operacionais principalmente com relação ao caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras, conta vinculada, contas a receber de clientes e instrumentos financeiros derivativos ativos.

Com o objetivo de mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas possuem operações financeiras ativas somente com bancos de primeira linha, que possuem classificação de risco (rating) de “Grau de Investimento”. Na gestão de suas contas a receber de clientes a Companhia e suas controladas adotam monitoramento ativo de clientes, revisão periódica de limites de clientes e controle rígido de prazos e modalidades de recebimento.

ii) Riscos de mercado

Os riscos de mercado são riscos de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os riscos de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço de “*commodities*”. Os instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas que são afetados pelos riscos de mercado incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, conta vinculada, empréstimos e financiamentos, e debêntures, e estão sujeitos basicamente ao risco de taxa de juros e variação cambial.

Notas Explicativas

Solar Bebidas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

21. Instrumentos financeiros--Continuação

21.4. Gerenciamento de riscos financeiros--Continuação

iii) Risco de câmbio

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição da Companhia e de suas controladas ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se principalmente aos empréstimos em moeda estrangeira e custos indexados à moeda estrangeira (*commodities*).

A Companhia e suas controladas gerenciam seus riscos de câmbio por meio de transações de hedge designados e não designados em estruturas de "*hedge accounting*". Dessa forma, a Administração da Companhia e de suas controladas entende estar protegida ao risco de mercado pela alteração na taxa de câmbio, uma vez que todos os seus passivos financeiros relevantes registrados em moeda estrangeira estão atrelados a operações de "*swap*".

					Consolidado – 31/12/2021	
					Valor justo	Valor justo
Notional	Vencimento	Indexador de proteção	Taxa média contratada		Ativo	Passivo
12.600	jan/22	USD	5,34	3.905	-	
10.650	fev/22	USD	5,53	1.129	(305)	
8.700	mar/22	USD	5,57	839	(275)	
7.400	abr/22	USD	5,70	281	(343)	
4.350	mai/22	USD	5,80	8	(270)	
3.450	jun/22	USD	5,83	43	(223)	
2.200	jul/22	USD	5,90	4	(143)	
Total	49.350			6.209	(1.559)	

iv) Risco de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia e de suas controladas ao risco de taxas de juros refere-se, principalmente, aos equivalentes de caixa, aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos e debêntures que possuem taxas de juros variáveis.

O risco de taxa de juros é gerenciado através do monitoramento das projeções futuras das taxas que incidem sobre seus empréstimos e financiamentos e debêntures. Para mitigar esse risco, são utilizados instrumentos financeiros que visam reduzir eventuais impactos negativos das variações de taxas de juros.

Notas Explicativas

Solar Bebidas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

21. Instrumentos financeiros--Continuação

21.4. Gerenciamento de riscos financeiros--Continuação

v) Risco de preço de commodities

A Companhia e suas controladas compram, açúcar e alumínio em base contínua uma vez que suas atividades operacionais exigem fornecimento ininterrupto de açúcar e alumínio para a produção de refrigerante. A fim de proteger-se da volatilidade de preço do mercado internacional deste insumo, bem como daqueles contratados em moedas estrangeiras, a Companhia e suas controladas estabeleceram uma política de gestão de riscos que permite a utilização de instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de diminuir o impacto decorrente de um aumento do preço de tais “*commodities*”.

Com o estabelecimento destes contratos espera-se reduzir a volatilidade do preço do insumo (açúcar/alumínio). Tais contratos pretendem oferecer cobertura contra o risco de volatilidade dos preços de compra do açúcar com base nos contratos de compra existentes.

Os instrumentos financeiros derivativos designados para hedge de fluxo de caixa para proteção da exposição ao risco de “*commodities*” estão demonstradas na tabela a seguir:

	Notional	Vencimento	Indexador de proteção	Taxa média contratada	Consolidado – 31/12/2021	
					Valor justo Ativo	Valor justo Passivo
	486	Fev/2022	Açúcar	12,77	16.803	(63)
	459	Abr/2022	Açúcar	18,13	2.528	(1.046)
	34	Mai/2022	Açúcar	19,00	144	(118)
	354	Jun/2022	Açúcar	16,88	4.284	(1.051)
	291	Set/2022	Açúcar	13,73	7.683	(182)
	22	Out/2022	Açúcar	18,80	-	(55)
	616	Fev/2023	Açúcar	14,81	8.630	-
	22	Mar/2023	Açúcar	18,71	-	(35)
	22	Abr/2023	Açúcar	17,10	67	-
	157	Jun/2023	Açúcar	14,04	2.517	-
	56	Set/2023	Açúcar	13,57	1.007	-
	134	Fev/2024	Açúcar	15,62	1.118	(562)
	56	Abr/2024	Açúcar	16,02	96	-
	45	Jun/2024	Açúcar	15,68	79	-
Total	2.754			15,30	44.956	(3.112)

Notas Explicativas**Solar Bebidas S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

21. Instrumentos financeiros--Continuação**21.4. Gerenciamento de riscos financeiros--Continuação**v) Risco de preço de commodities--Continuação

					Consolidado – 31/12/2021	
					Valor justo	Valor justo
Notional	Vencimento	Indexador de proteção	Taxa média contratada		Ativo	Passivo
100	Jan/2022	Alumínio	2.347,50		228	-
75	Fev/2022	Alumínio	2.456,67		145	-
75	Mar/2022	Alumínio	2.456,67		146	-
75	Abr/2022	Alumínio	2.456,67		146	-
75	Mai/2022	Alumínio	2.456,67		146	-
75	Jun/2022	Alumínio	2.456,67		144	-
100	Jul/2022	Alumínio	2.592,25		115	-
75	Ago/2022	Alumínio	2.673,00		51	-
75	Set/2022	Alumínio	2.673,00		49	-
75	Out/2022	Alumínio	2.673,00		45	-
75	Nov/2022	Alumínio	2.673,00		40	-
75	Dez/2022	Alumínio	2.673,00		41	-
Total	950		2.544,84		1.296	-

Os instrumentos financeiros derivativos designados como “swap” de proteção referentes à data base de 31 de dezembro de 2021 estão demonstrados na tabela a seguir:

Contratos de swap	Indicador	Valor principal (notional)	31/12/2021
Posição ativa:			
Bradesco	Pré x CDI. / Libor x CDI	5.000	24
Posição passiva:			
Bradesco	Pré x CDI. / Libor x CDI	5.000	(47)
31 de dezembro de 2021			(23)

vi) Risco de liquidez

Risco de liquidez pode ser definido como a possibilidade de a Companhia e suas controladas não serem capazes de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

Notas Explicativas**Solar Bebidas S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

21. Instrumentos financeiros--Continuação**21.4. Gerenciamento de riscos financeiros--Continuação**vi) Risco de liquidez--Continuação

Visando assegurar o cumprimento de suas obrigações financeiras, a Companhia e suas controladas observam critérios específicos para: (i) mensuração e manutenção de um saldo mínimo de disponibilidades e aplicações financeiras ("caixa mínimo"); (ii) destinação deste saldo em investimentos financeiros; e (iii) contratação de novas operações.

A seguir, estão apresentadas as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados:

31 de dezembro de 2021	Contábil	Fluxo contratual	Até 1 ano	Até 2 anos	De 3 a 8 anos
Fornecedores	865.035	873.853	873.853	-	-
Fornecedores - risco sacado	250.928	254.677	254.677	-	-
Empréstimos e financiamentos	847.598	922.474	777.041	134.980	10.453
Debêntures	150.555	174.195	83.490	61.716	28.989
Subvenções governamentais	35.486	40.106	15.239	13.830	11.037
Instrumentos financeiros derivativos	4.718	4.718	4.718	-	-
Passivo de arrendamento	74.438	90.043	23.709	20.535	45.799
Total	2.228.758	2.360.066	2.032.727	231.061	96.278

21.5. Contabilidade de hedge

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o período são lançados diretamente na demonstração de resultado, com exceção da parcela eficaz dos hedges de fluxo de caixa, que é reconhecida diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes, e posteriormente reclassificada para o resultado quando o item de hedge afetar o resultado.

Para fins de contabilidade de "hedge" (*hedge accounting*), existem as seguintes classificações:

- Hedge de valor justo, ao fornecer proteção contra a exposição às alterações no valor justo de ativo ou passivo reconhecido ou de compromisso firme não reconhecido, ou de parte identificada de tal ativo, passivo ou compromisso firme, que seja atribuível a um risco particular e possa afetar o resultado.

Notas Explicativas**Solar Bebidas S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

21. Instrumentos financeiros—Continuação**21.5. Contabilidade de hedge--Continuação**

- Hedge de fluxo de caixa, ao fornecer proteção contra a variação nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma transação prevista altamente provável e que possa afetar o resultado; e
- Hedge de investimento líquido numa unidade operacional estrangeira.

	<u>31/12/2021</u>
Contratos de Swap:	
Ativo	
Libor x CDI	24
Passivo	
Libor x CDI	(47)
Subtotal Swap	<u>(23)</u>
Contratos de Termo/NDF:	
Ativo	
Compra de termo de mercadorias	44.956
Compra de termo de moeda	6.209
Contratos a termo de alumínio	1.296
Passivo	
Compra de termo de mercadorias	(3.112)
Compra de termo de moeda	(1.559)
Subtotal termo	<u>47.790</u>
Total	<u><u>47.767</u></u>

Os efeitos das relações de hedge de fluxo de caixa formalmente designadas estão demonstrados a seguir:

	<u>Período de 02 de março a</u>
	<u>31/12/2021</u>
Ajustes de valor justo – ganhos reconhecidos no patrimônio líquido	669
Ajuste de valor justo – perdas reconhecidas no patrimônio líquido	(31.761)
Efeito tributário sobre o valor justo do instrumento de hedge	10.573
Reclassificação do patrimônio líquido para o resultado	2.231
	<u><u>(18.288)</u></u>

A parte eficaz do ganho ou perda do investimento de “*hedge*” é reconhecida diretamente no patrimônio líquido como outros resultados abrangentes, enquanto a parte ineficaz do “*hedge*” é reconhecida no resultado do exercício.

Notas Explicativas**Solar Bebidas S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

21. Instrumentos financeiros--Continuação**21.6. Análise de sensibilidade**

A Administração da Companhia e suas controladas efetuaram a análise do impacto das variações das taxas de juros sobre os valores de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, instrumentos financeiros derivativos, empréstimos e financiamentos e debêntures. A dívida foi segregada em três partes, dívidas atreladas ao CDI, dívidas atreladas à IPCA, e à SELIC, as quais podem ter movimentações distintas, de acordo com a taxa inerente.

Esse estudo utilizou como base a taxa efetiva DI que em 31 de dezembro de 2021 era 9,15% , impactando proporcionalmente as dívidas e aplicações financeiras da Companhia. Sobre o IPCA, o cenário considerado provável pelo Grupo Solar é de manutenção da taxa de 10,06% em 31 de dezembro de 2021. Sobre a TJLP, o cenário considerado pelo Grupo é a manutenção da taxa de 6,08%.

Para as subvenções governamentais, nos estados de Alagoas, Ceará e Rio Grande do Norte não há atualização da parcela financiada e no estado do Maranhão é 100% do IGPM.

Operações	Saldo contábil em		Cenário provável	Cenário I	Cenário II
	31/12/2021	Risco (taxa)		25%	50%
Equivalentes de caixa	519.822	Alta do CDI	41.312	30.984	20.656
Aplicações financeiras	52.320	Alta do CDI	5.304	3.978	2.652
Conta vinculada	27.192	Alta do CDI	2.861	2.146	1.431
Empréstimos e financiamentos	803.000	Alta do CDI	(72.824)	(91.029)	(109.235)
Debêntures	150.555	Alta do CDI	(13.421)	(16.776)	(20.132)
Exposição líquida (despesas financeiras)			(36.768)	(70.697)	(104.628)

A Companhia não apresenta instrumentos financeiros suscetíveis a variação cambial ou do preço da “commodity”, uma vez que mediante contratação de operações a termo “Non Deliverable Forward - NDF” e ordens de compra tem um preço travado para o valor futuro. Entretanto, é possível que o valor de mercado do dólar ou das “commodities” oscile para baixo, isto é, abaixo das taxas contratadas. A administração da Companhia considera como um risco a possibilidade de pagar taxas acima do mercado devido à compra antecipada das operações em termo ou opção. Embora essas oscilações não afetem as demonstrações financeiras, a Administração realizou uma análise de sensibilidade dos contratos firmados em 31 de dezembro de 2021 com a possibilidade da redução do valor a mercado de dólar, açúcar e alumínio em 25% e 50%. Segue abaixo.

Notas Explicativas**Solar Bebidas S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

21. Instrumentos financeiros--Continuação**21.6. Análise de sensibilidade--Continuação**

Balanco	Commodities	Notional	Taxa Contratada	Provável	Redução da Taxa MTM	
					25%	50%
Ativo	USDBRL	27.700.000	5,58	6.209	(32.918)	(72.046)
Passivo	USDBRL	21.650.000	5,58	(1.559)	(32.384)	(63.210)
Ativo	Açúcar	2.598.400	15,30	44.956	36.642	24.428
Passivo	Açúcar	156.800	15,30	(3.112)	(3.890)	(4.668)
Ativo	Alumínio	950	2.544,84	1.296	(2.401)	(6.097)
Passivo	Alumínio	-	2.544,84	-	-	-

22. Subvenções governamentaisa) Governo estaduali) *Estado do Rio Grande do Norte: Norsa*

O benefício concedido, no âmbito do Programa de Estímulo ao Desenvolvimento Industrial do Rio Grande do Norte (PROEDI) consiste no cálculo de crédito presumido de 77% sobre o saldo devedor de ICMS mensal (produção própria). A subvenção produz efeitos até 30 de junho de 2032.

ii) *Estado do Ceará: Norsa*

As operações no Estado do Ceará detêm incentivo fiscal, no âmbito do Fundo de Desenvolvimento Industrial (FDI/PROVIN), que permite o diferimento de 75% do saldo devedor de ICMS decorrente operações dos itens produzidos na unidade. O imposto postergado é vinculado a um financiamento pelo Banco Bradesco, com carência de 36 meses, onde a liquidação no prazo previsto, implica em desconto de 99% do saldo devedor. O incentivo é valido até dezembro de 2028.

iii) *Estado da Bahia: Norsa*

As unidades fabris localizadas em Simões Filho (BA) e Vitória da Conquista (BA) contam com incentivos fiscais, vinculados ao programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica (DESENVOLVE), relacionado ao financiamento de 90% do ICMS apurado, vigente até 31 de julho de 2022 (Vitória da Conquista) e 31 de agosto de 2022 (Simões Filho).

Notas Explicativas**Solar Bebidas S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

22. Subvenções governamentais--Continuaçãoa) Governo estadual--Continuaçãoiv) *Estado do Mato Grosso: Norsa*

Considerando o Programa de Desenvolvimento Industrial e Comercial de Mato Grosso (PRODEIC), as operações realizadas com itens de produção própria, contam com renúncia fiscal, aplicável no ICMS normal com percentual de 65% para as vendas dentro do Estado e de 75% para as vendas fora do Estado. O prazo de vigência do contrato é de 10 anos contados, sendo o último período de fruição em 31 de março de 2028.

v) *Estado do Maranhão: Regua*

Por meio do Sistema de Apoio à Indústria e ao Comércio Exterior do Estado do Maranhão (SINCOEX), a unidade mantém incentivo fiscal que consiste na apuração de crédito presumido de ICMS de 85% do ICMS devido (itens produzidos), com fruição até 23 de janeiro de 2036.

vi) *Estado do Alagoas: Norsa*

A unidade fabril possui incentivo fiscal no âmbito do Programa de Desenvolvimento Integrado (PRODESIN), referente a crédito fiscal presumido de 92% do saldo devedor de ICMS das operações itens produzidos. A fruição do incentivo é até 01 de dezembro de 2022.

vii) *Estado do Pernambuco: Norsa*

As operações com itens produzidos no Estado de Pernambuco, são beneficiadas com Crédito Presumido de ICMS, concedido pelo Programa de Desenvolvimento de Pernambuco (PRODEPE) e calculado sobre o ICMS devido, com percentual de 75% para venda de refrigerantes e 57,5% para vendas de água. A validade do incentivo é dezembro de 2031.

Os financiamentos incentivados, registrados líquidos dos abatimentos recebidos, têm a seguinte composição:

Indexadores	Consolidado - 31/12/2021		
	Circulante	Não circulante	Total
Estado de Alagoas - Prodesin	3.669	7.962	11.631
Estado do Maranhão - Sincoex	2.981	2.958	5.939
Estado do Ceará - Provin	8.091	9.825	17.916
	14.741	20.745	35.486

Notas Explicativas**Solar Bebidas S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

22. Subvenções governamentais--Continuaçãoa) Governo estadual--Continuação

Os financiamentos incentivados tiveram as seguintes movimentações no período:

	<u>31/12/2021</u>
Aporte de controladas	48.479
Captações com parcela dilatada	1.798
Reversão de parcela dilatada	(1.293)
Captações incentivadas	272.769
Juros apropriados	830
Amortização de principal	(11.297)
Juros pagos	(637)
Subvenções incentivadas	(272.769)
Ajuste a valor presente	(2.394)
Saldo final	<u>35.486</u>

Os financiamentos incentivados, não circulantes, têm os seguintes vencimentos:

<u>Vencimentos</u>	<u>31/12/2021</u>
2023	11.954
2024	5.968
2025	1.566
2026 em diante	1.257
	<u>20.745</u>

b) Governo federal

A Norsa e Regua são beneficiárias de incentivos fiscais de redução do imposto de renda. Esses incentivos possuem alíquotas de reduções de até 75% e prazos de validade de até 10 anos, dependendo do produto e da unidade de fabricação.

Os incentivos são calculados sobre o lucro da exploração decorrente da ampliação e modernização parcial de sua capacidade instalada. Os incentivos fiscais do imposto de renda são reconhecidos mensalmente, no resultado do exercício, na data de sua apuração.

Notas Explicativas

Solar Bebidas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

23. Provisão para contingências e depósitos judiciais

No curso normal de suas operações, a Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais e administrativas que envolvem questões tributárias, trabalhistas, cíveis e de outras naturezas, perante tribunais e órgãos governamentais.

Periodicamente, a Administração avalia os riscos cíveis, trabalhistas e tributários, tendo como base fundamentos jurídicos, econômicos e tributários, com o objetivo de classificá-los, segundo suas chances de perda em prováveis, possíveis ou remotos. A análise é feita em conjunto com os escritórios de advocacia que patrocinam as causas da Companhia e suas controladas.

Desses, somente os riscos classificados como prováveis são provisionados em valores considerados como suficientes para cobrir as perdas estimadas.

As provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários registradas representam a melhor estimativa da Administração quanto aos riscos de perda envolvidos.

Existem situações em que a Companhia e suas controladas questionam a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria Administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e suas controladas apresentavam as seguintes provisões para contingências e depósitos judiciais, relacionados aos processos cíveis, trabalhistas e tributários:

	Consolidado - 31/12/2021	
	Provisão para contingências	Depósitos judiciais
Trabalhistas	159.460	39.420
Cíveis	65.187	3.148
Tributárias (a)	90.613	158.385
	315.260	200.953

(a) Cabe elucidar que a Companhia e suas controladas possuem processos tributários em trâmite na esfera judicial, estes processos apesar de possuírem prognósticos possíveis ou remotos, devem ser garantidos, para dar continuidade à discussão tributária junto ao Poder Judiciário e garantir a suspensão da exigibilidade do crédito tributário e/ou manutenção da regularidade da Companhia e de suas controladas. Conforme determina o art. 855 da Lei nº 13.105/2015 e o art. 9º da Lei nº 6.830/1980, a Companhia e suas controladas utilizam das três principais modalidades de garantia judicial: depósito judicial, fiança bancária ou seguro garantia judicial.

Notas Explicativas**Solar Bebidas S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

23. Provisão para contingências e depósitos judiciaisi) Movimentação da provisão para contingências

	Tributárias	Cíveis	Trabalhistas	Total
Aporte de controladas	90.303	61.124	173.758	325.185
Provisão/reversão	(1.866)	(295)	15.216	13.055
Atualização	3.658	2.031	9.684	15.373
Pagamento/outros	(1.482)	2.327	(39.198)	(38.353)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	90.613	65.187	159.460	315.260

ii) Naturezas dos processos*Trabalhistas*

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e suas controladas figuram como ré em 1.695 processos de natureza trabalhista cuja probabilidade de perda é classificada como provável no valor de R\$ 159.460. As principais matérias discutidas nos processos trabalhistas envolvem pedidos relacionados a jornada de trabalho (hora extra; intervalos intrajornada e inter jornada; e respectivos reflexos), indenização por acidente de trabalho ou doença ocupacional, modelo de remuneração, indenização por danos morais e materiais.

Cíveis

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e suas controladas figuram como réu em 205 processos de natureza cível cuja probabilidade de perda é classificada como provável no valor de R\$ 65.187. A maioria das ações cíveis envolvem problemas usuais e peculiares do negócio, relativos a pedidos de indenização por inscrição indevida nos órgãos de proteção ao crédito, ações de rescisão de cláusulas de contratos de distribuição e ações de reparação de danos.

Tributárias

Em 31 de dezembro de 2021, as provisões para contingências tributárias estão demonstradas conforme segue:

	31/12/2021	
	Provisão para contingências	Depósitos Judiciais
PIS/COFINS	-	4.650
ICMS	16.597	52.895
INSS	73.869	72.755
IPI	-	19.720
Outros	147	8.365
Total	90.613	158.385

Notas Explicativas**Solar Bebidas S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

23. Provisão para contingências e depósitos judiciais--Continuaçãoii) Naturezas dos processos--Continuação*Tributárias--Continuação*

Adicionalmente às provisões constituídas, a Companhia e suas controladas possuem diversas contingências trabalhistas, cíveis e tributárias em andamento, nas quais figuram no polo passivo e cuja perda, segundo a opinião de consultores jurídicos internos e externos, é possível demonstrado no quadro abaixo:

	<u>31/12/2021</u>
Tributárias	1.700.126
Cíveis	263.525
Trabalhistas	53.144
	<u>2.016.795</u>

Dentre os processos tributários, merecem destaque aqueles relevantes que versam sobre as seguintes matérias: i) Multa por instalação do Sistema Medidor de Vazão (SMV); ii) Incidência de tributos federais sobre incentivos fiscais concedidos pelos Governos Estaduais; e iii) Incidência de tributos federais sobre incentivos fiscais concedidos pelos Governos Estaduais.

Apresentamos abaixo, os principais processos possíveis existentes em 31 de dezembro de 2021:

Auto de Infração lavrado por utilização indevida do crédito presumido do PRODEPE.

O Auto de Infração tem como acusação: utilização indevida do crédito presumido do PRODEPE, pois, no exercício de 2019, estaria impedida de utilizar o referido benefício em razão de suposto não recolhimento integral do ICMS normal e do ICMS-ST.

Os consultores jurídicos classificaram a probabilidade de perda como possível no montante atualizado de R\$ 156.272.

Incidência de tributos federais sobre incentivos fiscais concedidos pelos Governos Estaduais.

Autos de Infração lavrados para exigir IRPJ e CSLL, acrescidos de multa de ofício e juros de mora, relativos ao ano-calendário de 2013, em razão de suposta:

Notas Explicativas

Solar Bebidas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

23. Provisão para contingências e depósitos judiciais--Continuação

ii) Naturezas dos processos--Continuação

Incidência de tributos federais sobre incentivos fiscais concedidos pelos Governos Estaduais--Continuação

- (i) Falta de adição, para fins de determinação do Lucro Real e da base de cálculo da CSLL, de parcela de dividendos distribuídos oriundos do recebimento de subvenções governamentais; e
- (ii) Dedução de despesas financeiras e com o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF) relativas a empréstimo bancário.

A fiscalização entendeu, ainda, que as infrações mencionadas em (i) e (ii), acima, levaram ao pagamento a menor de estimativas mensais de IRPJ e CSLL, razão pela qual também foram lançadas multas isoladas, correspondentes a 50% das estimativas que supostamente deixaram de ser recolhidas no referido exercício.

Os consultores jurídicos classificaram a probabilidade de perda como possível no montante atualizado de R\$ 144.843.

Execução Fiscal ajuizada para exigir supostos débitos de IRPJ e CSLL

Descrição: Execução fiscal ajuizada para exigir supostos débitos de IRPJ e CSLL, acrescidos de multa isolada de 150%, decorrentes da amortização de ágio no período de 2007 a 2010.

Os consultores jurídicos classificaram a probabilidade de perda como possível no montante atualizado de R\$ 96.433.

Multa por não instalação do Sistema Medidor de Vazão (SMV)

A Unidade Simões Filho / BA iniciou, no final de 2007, a operação de uma nova linha de produção, mas só teve homologado o Sistema Medidor de Vazão (SMV), para controle da produção, no final de 2008. Ao identificar a ocorrência, a Receita Federal do Brasil aplicou multa da ordem de R\$ 35 milhões sob o fundamento de que não era possível o início da produção antes da homologação do SMV.

A multa aplicada foi contestada por duas razões: primeiro, houve erro na apuração do valor, já que foi adotada como base valor equivocado da produção; segundo, a multa no valor em que foi aplicada é desproporcional à infração apurada, em especial porque não foi apontada nenhuma irregularidade na apuração dos tributos devidos.

Notas Explicativas

Solar Bebidas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

23. Provisão para contingências e depósitos judiciais--Continuação

ii) Naturezas dos processos--Continuação

Por essas razões, os consultores jurídicos classificaram a probabilidade de perda como possível no montante atualizado de R\$ 94.071.

Auto de Infração lavrado por falta de escrituração do livro fiscal

O Auto de Infração tem como acusação: deixar de escriturar no livro fiscal próprio, inclusive na modalidade eletrônica, documento fiscal relativo à operação de entradas de mercadorias. A empresa deixou de escriturar NFe destinadas a operações de entradas no livro registro de entradas da EFD. período: 01/2012 a 12/2013.

Os consultores jurídicos classificaram a probabilidade de perda como possível no montante atualizado de R\$ 74.449.

Auto de Infração sobre apresentação de EFD-ICMS/IPI

Auto de infração sobre apresentação de EFD-ICMS/IPI com informações inexatas, incompletas ou omitidas, em relação aos fatos geradores ocorridos entre 30/11/2013 e 20/03/2015.

Os consultores jurídicos classificaram a probabilidade de perda como possível no montante atualizado de R\$ 73.016.

Incidência de tributos federais sobre incentivos fiscais concedidos pelos Governos Estaduais

Tem sido bastante discutida a incidência do IRPJ e da CSLL sobre os incentivos fiscais concedidos pelos Governos Estaduais na forma de redução do ICMS como estímulo à implantação e manutenção de indústria nos Estados concedentes.

A Receita Federal do Brasil entende que apenas os incentivos fiscais qualificados como “subvenções para investimento”, e desde que atendidos diversos requisitos formais, não sofreriam a incidência do IRPJ e da CSLL. Por isso, vem atuando, sistematicamente, as empresas beneficiárias de incentivos fiscais estaduais.

Em novembro de 2017 foi publicada a Lei Complementar n. 160 e a tendência é encerrar a discussão, já que, em seu texto, ficou definido que os incentivos fiscais vinculados ao ICMS concedidos pelos Estados serão qualificados como “subvenção para investimentos” e não serão tributados pela RFB (em especial IRPJ e CSLL) se forem validados na forma prevista naquele normativo.

Por essas razões, os consultores jurídicos classificaram a probabilidade de perda como possível no montante atualizado de R\$ 72.370.

Notas Explicativas

Solar Bebidas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

23. Provisão para contingências e depósitos judiciais--Continuação

ii) Naturezas dos processos--Continuação

Ação anulatória sobre autos de infração

Ação anulatória visando desconstituir os autos de infração que cobram o ICMS/ST recolhido supostamente a menor nos períodos compreendidos entre set/2016 à dez/2016 e mai./2017 a out/2017. A exigência decorre da divergência de base de cálculo utilizada para fins de cálculo do ST: a empresa utilizou pauta fiscal e o fisco entende que deveria ser margem de valor agregado – MVA.

Pontos de defesa: A ação anulatória procura a proteção jurisdicional, diante da ilegalidade, inconstitucionalidade e arbitrariedade do Réu em permanecer com a acusação fiscal, diante da ofensa ao princípio constitucional da anterioridade e legalidade, da impossibilidade de adoção de um regime híbrido para definição da base de cálculo do ICMS-ST e incompetência da Resolução 11/2016 para instituí-lo.

A Resolução Administrativa nº 11/2016 foi publicada em 31/05/2016, alterando a regra da determinação da base de cálculo do ICMS-ST de forma a majorá-la, produzindo efeitos, segundo a referida norma, a partir de 1º de junho de 2016, ferindo, assim, o princípio da anterioridade.

A referida Resolução prevê o regime híbrido para determinação da base de cálculo do ICMS-ST, adotando, ao mesmo tempo, o preço de pauta (preço ao consumidor final usualmente praticado no mercado) e a margem de valor agregado (MVA), aplicando sempre o que for mais favorável ao Estado (norma gatilho).

Por essas razões, os consultores jurídicos classificaram a probabilidade de perda como possível no montante atualizado de R\$ 53.941.

24. Imposto de renda e contribuição social - corrente e diferidos

A Companhia e suas controladas, fundamentadas na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, reconhecem os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O imposto de renda diferido foi registrado à alíquota de 15%, com o adicional de 10%. A contribuição social diferida foi registrada à alíquota de 9%.

Notas Explicativas**Solar Bebidas S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

24. Imposto de renda e contribuição social - corrente e diferidos--Continuação

O imposto de renda e a contribuição social diferidos apresentam as seguintes naturezas:

	Consolidado
	31/12/2021
Ativo	
Prejuízos fiscais e base negativa contribuição social (a)	52.739
Perdas esperadas com contas a receber	3.143
Provisão para contingências	107.135
Provisões para perdas e outras	55.640
	218.657
Passivo	
Derivativos	17.052
Ágio	221.055
Ajuste a valor presente de ativos e passivos, líquido	1.149
Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS (Nota 9)	57.566
Outras	122
	296.944
Imposto de renda e contribuição social diferido, líquido	78.287

(a) A Companhia e suas controladas estimam utilizar os créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa a compensar em até três anos.

A Companhia e suas controladas, com base em projeções realizadas e aprovadas pela Administração, relativas à estimativa de lucros tributáveis futuros, reconheceram os créditos tributários sobre prejuízos fiscais de períodos anteriores e diferenças temporárias, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros tributáveis. A utilização dos créditos tributários é revisada anualmente.

A composição da despesa com imposto de renda e contribuição social é a seguinte:

	Consolidado
	31/12/2021
Corrente	
Imposto de renda	(51.153)
Redução de incentivo fiscal (Nota 22.b)	62.297
Contribuição social	(19.099)
	(7.955)
Diferidos	
Imposto de renda	(5.950)
Contribuição social	(27.382)
	(33.332)
	(41.287)

Notas Explicativas**Solar Bebidas S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

24. Imposto de renda e contribuição social - corrente e diferidos--Continuação

A conciliação da despesa do imposto de renda e contribuição social, calculados pela aplicação das alíquotas vigentes, e os valores refletidos no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 está demonstrado a seguir:

	Consolidado
	31/12/2021
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	1.027.519
Imposto de renda e contribuição social a taxa nominal (34%)	(349.356)
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:	
Redução de incentivo fiscal de imposto de renda	62.297
Equivalência patrimonial	3.147
Exclusão de incentivos fiscais de ICMS	92.742
Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS – Principal (a)	57.566
Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS – Financeiras (Nota 9.c)	95.950
Resultado de incentivos fiscais exercícios anteriores de controladas	(6.715)
Outras exclusões (adições), líquidas	3.082
	(41.287)
Alíquota efetiva	4,02%

(a) Diferido constituído devido o Grupo Solar estar em processo de habilitação do crédito.

25. Patrimônio líquido**a) Capital social**

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social subscrito e integralizado era de R\$1.879.815 representado por 1.879.814.828 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 10 de agosto de 2021, os acionistas da Companhia aprovaram o capital social autorizado de até um bilhão de ações ordinárias e/ou preferenciais adicionais.

b) Ajuste de avaliação patrimonial

A parte eficaz do ganho ou perda do instrumento de *hedge* é reconhecida diretamente no patrimônio líquido. Adicionalmente, o efeito reflexo dos resultados abrangentes percebidos pelas coligadas são registrados na conta de ajuste de avaliação patrimonial (de forma reflexa). Em 31 de dezembro de 2021, o montante registrado era de R\$17.929.

Notas Explicativas**Solar Bebidas S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

25. Patrimônio líquido--Continuaçãoc) Destinação dos lucros

De acordo com o Estatuto Social da Companhia é assegurado aos acionistas, dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido do exercício, diminuído da reserva legal, bem como dos demais ajustes previstos no artigo 202 da Lei 6.404/76.

	Dividendos Propostos
Saldo em 02 de março de 2021	-
Lucro líquido do exercício	987.747
Base de cálculo da reserva legal	987.747
Reserva legal (5%)	(49.387)
Dividendos adicionais propostos	938.360
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	234.590

A movimentação dos dividendos no exercício foi a seguinte:

	31/12/2021
Saldo em 02 de março de 2021	-
Provisões:	
Dividendos adicionais propostos	157.638
Dividendo mínimo obrigatório	234.590
	392.228
Pagamentos:	
Dividendos distribuídos	(232.012)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	160.216

Os acionistas da Companhia aprovaram em 29 de junho de 2021 a distribuição de dividendos intercalares de R\$ 232.012. Em 29 de junho de 2021, foi realizado o pagamento de R\$ 27.712, sendo o montante remanescente de R\$ 204.300 pago em 29 de dezembro de 2021.

Notas Explicativas**Solar Bebidas S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

26. Receita operacional líquida

	Consolidado
	Período de 02 de março a
	31/12/2021
Receita bruta de vendas	
Não alcoólicos	4.813.531
Alcoólicos	1.032.656
	5.846.187
Deduções da receita bruta	
(-) Deduções e abatimentos	(156.046)
(-) Impostos sobre o faturamento	(1.339.493)
	(1.495.539)
Receita operacional líquida	4.350.648

27. Custo dos produtos vendidos

	Consolidado
	Período de 02 de março a
	31/12/2021
Matérias-primas e embalagens	(2.486.856)
Pessoal	(106.583)
Depreciação e amortização	(93.250)
Custos gerais	(139.523)
	(2.826.212)

28. Despesas gerais e administrativas

	Consolidado
	Período de 02 de março a
	31/12/2021
Salários e encargos	(45.847)
Outras despesas com pessoal	(30.509)
Depreciação e amortização	(25.490)
Aluguéis, seguros, materiais e manutenção	(24.351)
Serviços de terceiros	(55.938)
Água, energia e telecomunicação	(12.503)
Outras despesas	(11.915)
	(206.553)

Notas Explicativas**Solar Bebidas S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

29. Despesas com vendas

	Consolidado
	Período de 02 de março a
	31/12/2021
Salários e encargos	(298.230)
Outras despesas com pessoal	(140.383)
Depreciação e amortização	(94.732)
Aluguéis, seguros, materiais e manutenção	(123.975)
Serviços de terceiros	(43.340)
Água, energia e telecomunicação	(10.367)
Outras despesas	(60.506)
	(771.533)

30. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Consolidado
	Período de 02 de março a
	31/12/2021
Repasse de gastos corporativos	(40.392)
Créditos da exclusão de ICMS da base de cálculo de PIS e COFINS – principal (Nota 9)	375.516
Provisão para perdas de imobilizado	(11.638)
Resultado na baixa de ativo imobilizado	(1.061)
Doações recebidas	525
Investimentos de mercado	36.887
Outras	(5.787)
	354.050

Notas Explicativas**Solar Bebidas S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

31. Resultado financeiro

	Consolidado
	Período de 02 de março a
	31/12/2021
Despesas financeiras	
Despesa de juros sobre empréstimos e financiamentos	(45.493)
Despesa de IOF	(32)
Despesa de tarifas bancárias	(7.047)
Juros de arrendamento mercantil	(3.896)
Ajuste a valor presente	(35.485)
PIS/COFINS sobre receita financeira	(11.548)
Variações monetárias passivas	(15.372)
Variações cambiais passivas	(1.773)
Outras despesas financeiras	(7.212)
	(127.858)
Receitas financeiras	
Receitas de juros ativos recebidos	16.794
Rendimentos de aplicações financeiras	20.263
Rendimentos de aplicações de reinvestimento	301
Variações cambiais ativas	1.666
Descontos obtidos	30
Adicional financeiro	12.216
Créditos da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e	
COFINS – juros (Nota 9)	210.521
Outras receitas financeiras	2.441
	264.232
Total do resultado financeiro	136.374

32. Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos, conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas do setor. As coberturas de seguros, para cobrir eventuais sinistros estão resumidas a seguir:

Coberturas	31/12/2021
Empresarial (a)	441.010
Responsabilidade civil geral (b)	15.000
Transportes de cargas (c)	3.500
Danos materiais e corporais	15.000
Responsabilidade civil para administradores	50.000
Lucros cessantes	115.340
Riscos diversos	66.372
	706.222

(a) Visa cobrir riscos com bens do ativo imobilizado, incêndio, raio, explosão, danos elétricos e furtos qualificados.

(b) Visa cobrir quantias pelas quais vier a ser responsabilizada civilmente, em sentença judicial transitada em julgado

(c) Cobertura de danos eventualmente causados por mercadorias transportadas e por produtos próprios ingeridos por consumidores.

Notas Explicativas

Solar Bebidas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

32. Cobertura de seguros--Continuação

A Companhia e suas controladas não preveem quaisquer dificuldades para renovar nenhuma das apólices de seguro e acredita que a cobertura seja razoável em termos de valor e compatível com os padrões do setor no Brasil.

33. Lucro por ação

a) Básico e diluído

O lucro por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o período.

O lucro por ação diluído é calculado ajustando-se à média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação considerando a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição. A Companhia não possui uma categoria de ações ordinárias potenciais que provocariam diluição.

	Controladora
	Período de 02 de março a
	31/12/2021
Lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia	987.747
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias	1.879.814.828
Lucro básico e diluído por ação– em (R\$)	0,53

Notas Explicativas

Solar Bebidas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

34. Eventos subsequentes

Combinação de negócios do Grupo Simões

Em 9 de agosto de 2021, a Solar Bebidas S.A. ("Companhia", e em conjunto com as suas controladas "Grupo Solar") e seus acionistas controladores celebraram um Contrato de Associação com a Sipasa Participações S.A. ("Sipasa" ou "Grupo Simões") e seus acionistas controladores ("Contrato de Associação"), aditado em 30.12.2021, que estabeleceu os termos e condições para a implementação da combinação dos negócios de bebidas das seguintes empresas: (a) de um lado, Refrescos Guararapes Ltda., Norsa Refrigerantes S.A. e Crystal Águas do Nordeste Ltda., subsidiárias do Grupo Solar que atuam na produção, no engarrafamento e na distribuição de bebidas do portfólio de produtos da The Coca-Cola Company ("TCCC") e na distribuição de produtos do portfólio da Heineken no Brasil a partir de fábricas e centros de distribuição localizados nos Estados do Alagoas, da Bahia, do Ceará, do Goiás, do Maranhão, do Mato Grosso, da Paraíba, do Pernambuco, do Piauí, do Rio Grande do Norte, do Sergipe e do Tocantins; e, de outro (b) da Brasil Norte Bebidas S.A. ("BNB"), Benevides Águas S.A. ("Benevides") e COMPAR – Companhia Paraense de Refrigerantes ("Compar"), empresas do segmento de bebidas do Grupo Simões que atuam na produção, no engarrafamento e na distribuição de bebidas do portfólio de produtos da TCCC e na distribuição de produtos do portfólio da Heineken nos Estados do Acre, do Amapá, do Amazonas, do Pará, de Rondônia e de Roraima ("Combinação de Negócios").

A Combinação de Negócios foi implementada por meio da incorporação da Sipasa pela Companhia, nos termos dos artigos 223, 224, 225 e 227 da Lei nº 6.404/1976 ("Incorporação").

Em 10 de agosto de 2021, as administrações do Grupo Solar e da Sipasa celebraram o Protocolo e Justificação da Incorporação, que foi aditado em 26 de janeiro de 2022, e, em 26 de janeiro de 2022, os acionistas da Companhia e os acionistas da Sipasa aprovaram a Incorporação em assembleias gerais de acionistas.

Com a consumação da Combinação de Negócios em 26 de janeiro de 2022, o Grupo Solar emitiu novas ações que foram atribuídas aos acionistas da Sipasa. O número de ações emitidas pelo Grupo Solar foi calculado com base em uma relação de troca de 56,9677 novas ações ordinárias do Grupo Solar e 45,7772 novas ações preferenciais do Grupo Solar para cada 1 ação ordinária da Sipasa, de forma que os acionistas da Sipasa passaram a deter 19,3576% do capital social total da Companhia e a Renosa, a Solar.Br e MAA Investimentos e Participações Societárias Ltda., em conjunto, passaram a deter os 80,6424% restantes. Os acionistas do Grupo Simões e a CCIL receberam na data de fechamento da Combinação de Negócios 451.234.431 ações de emissão do Grupo Solar.

Notas Explicativas

Solar Bebidas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

34. Eventos subsequentes--Continuação

A relação de troca, negociada livremente entre as partes, era fixa e irrealizável, salvo na hipótese de: (a) implementação de desdobramento, agrupamento, bonificação em ações, aumento de capital ou qualquer outro evento que impacte as premissas consideradas pelas partes para o estabelecimento dos percentuais acima indicados; e (b) para neutralizar o impacto de eventual declaração ou pagamento de dividendo, juros sob capital próprio ou qualquer outra distribuição de lucros ou redução de capital com restituição a sócios.

Antecipação de dividendos

Em 19 de janeiro de 2022, foi aprovada, em Assembleia Geral Extraordinária, a distribuição antecipada de dividendos do Grupo Solar, no valor de R\$ 160.216, à conta do resultado apurado entre 02 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2021. O pagamento foi efetuado em 31 de janeiro de 2022.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos
Administradores e Acionistas da
Solar Bebidas S.A.
Fortaleza - CE

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Solar Bebidas S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 2 de março de 2021 a 31 de dezembro de 2021, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o período de 2 de março de 2021 a 31 de dezembro de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Recuperabilidade de ágio ("goodwill")

A Companhia e suas controladas são requeridas a efetuar, ao menos anualmente, o teste de recuperabilidade do valor registrado em ágio na aquisição de investimentos, cujo saldo em 31 de dezembro de 2021 era de R\$ 890.132 mil, conforme divulgado na nota explicativa 15.

Esse assunto foi considerado significativo para nossa auditoria, tendo em vista que o processo de avaliação da recuperabilidade do ágio na aquisição de investimentos é complexo e envolve um alto grau de subjetividade por parte da administração da Companhia em relação às principais premissas tais como: determinação da unidade geradora de caixa, taxas de descontos, taxas de crescimento, custos e despesas projetadas e rentabilidade dos negócios, em um horizonte de projeção de longo prazo.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) testes sobre os princípios e integridade dos modelos de fluxo de caixa futuros descontados elaborados pelo especialista da administração da Companhia; (ii) comparação das projeções do ano anterior com os respectivos resultados realizados no exercício corrente, como forma de avaliar a efetividade dos planos de negócio e o nível de aderência das projeções realizadas anteriormente; (iii) teste das principais premissas utilizadas pela Companhia durante o horizonte da projeção, tais como as variáveis macroeconômicas, as taxas de crescimento esperadas para o período de 5 anos e para a perpetuidade, o nível de investimentos de capital e o capital de giro necessários, assim como a taxa de desconto, comparando as referidas premissas com dados obtidos externamente e nossas próprias avaliações de dados relevantes, como o crescimento econômico projetado no período de 5 anos e na perpetuidade, inflação de custos e taxas de desconto; (iv) obtivemos o entendimento de como os efeitos econômicos resultantes da pandemia do COVID-19 impactaram a performance dos negócios e os seus eventuais reflexos nas projeções; e (v) envolvimento de nossos especialistas em avaliação para nos auxiliar na revisão e avaliação das

premissas e métodos utilizados pela Companhia para testar as taxas de desconto e avaliar o modelo que calcula os fluxos de caixa futuros. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pela administração da Companhia na nota explicativa 15.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o teste de valor recuperável do ágio na aquisição de investimentos, que está consistente com a avaliação da administração da Companhia, consideramos que os critérios e premissas relacionados ao teste de valor recuperável do ágio, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 15, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Provisão para contingências

A Companhia e suas controladas são parte em número significativo de ações judiciais e processos administrativos em tramitação perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo matérias trabalhistas, tributárias e cíveis, cujo valor da provisão constituída para fazer frente às prováveis perdas, em 31 de dezembro de 2021, foi de R\$ 315.260 mil (Consolidado), conforme divulgado na nota explicativa 23.

A mensuração, o reconhecimento contábil da provisão para contingência e a respectiva divulgação relativas a essas ações judiciais e processos administrativos, requerem significativo julgamento da administração da Companhia e seus assessores jurídicos internos e externos. Mudanças nas premissas utilizadas para exercer esse julgamento, ou mudanças nas condições externas, incluindo o posicionamento de órgãos fiscalizadores, podem impactar significativamente o montante de provisão para contingência reconhecida nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) a avaliação das políticas contábeis aplicadas pela Companhia e suas controladas para a classificação de perdas, incluindo a avaliação do julgamento sobre a mensuração dos montantes a serem registrados como provisão e a aplicação adequada e consistente do julgamento durante todos os períodos apresentados; (ii) análise da suficiência das provisões reconhecidas e dos valores de contingências divulgados e que levaram em consideração as avaliações preparadas pelos assessores jurídicos internos e externos da Companhia e de suas controladas; (iii) obtenção de confirmações externas dos assessores da Companhia e de suas controladas sobre o estágio atual e classificação de riscos; e (iv) avaliação da adequação das divulgações da Companhia e de suas controladas na nota explicativa 23, em relação ao assunto.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da administração da Companhia, consideramos aceitáveis as estimativas preparadas pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 23, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao período de 2 de março de 2021 a 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Fortaleza, 11 de março de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Carlos Santos Mota Filho
Contador CRC-PE 020.728/O-7-T-CE

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos diretores

Em cumprimento às disposições constantes no artigo 25 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, os Diretores responsáveis pela elaboração das demonstrações financeiras da Companhia declaram que (a) revisaram, discutiram e concordaram com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021; e (b) revisaram, discutiram e concordaram com a opinião apresentada no relatório de auditoria da Ernst & Young Auditores Independentes S.S. sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Fortaleza, 11 de março de 2022.

André Leonardo Alves Seabra Salles
Diretor Presidente

Ruben Lahyr Schneider Filho
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos diretores

Em cumprimento às disposições constantes no artigo 25 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, os Diretores responsáveis pela elaboração das demonstrações financeiras da Companhia declaram que (a) revisaram, discutiram e concordaram com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021; e (b) revisaram, discutiram e concordaram com a opinião apresentada no relatório de auditoria da Ernst & Young Auditores Independentes S.S. sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Fortaleza, 11 de março de 2022.

André Leonardo Alves Seabra Salles
Diretor Presidente

Ruben Lahyr Schneider Filho
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores